



Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

EXERCÍCIO 2023

DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR**Denominação completa (UJ)****Código da UG****INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL****30204**

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2023 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas – encerradas em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

- Falta ou Atraso de remessa do RMA ou RMB (restrição 302):

Devido à inoperância do sistema de gerenciamento de bens móveis, o RMB não é emitido desde outubro de 2020 e a atualização das informações do Siads mostra-se prejudicada tendo em vista a dificuldade de se extrair os dados do antigo sistema para alimentar o novo, impossibilitando o correto acompanhamento e controle da gestão patrimonial;

- Falta avaliação bens mov/imov/intang/outros (restrição 634):

Devido à inoperância do sistema de gerenciamento de bens móveis, o processo de inventário físico não foi concluído e, com isso, a reavaliação programada não foi realizada;

- O saldo contábil dos bens móveis não confere com o RMB (restrição 640):

O controle contábil encontra-se pendente da emissão do RMB, ensejando defasagem entre a conciliação contábil e patrimonial. Desde o último RMB emitido em outubro de 2020 os registros contábeis são referentes às novas aquisições e baixas de bens.

- Falta/Reg. Imcomp. Deprec, amort, ex- at. (restrição 642):

Devido à inoperância do sistema de gerenciamento de bens móveis em outubro de 2020, a emissão dos RMBs foi suspensa, culminando na suspensão dos registros contábeis de depreciação acumulada dos bens móveis desde a data citada;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Rio de Janeiro - RJ	Data	07/02/2024.
Contador Responsável	PAULO JOSÉ LAGES BASTOS	CRC n.º	105824-O3 - RJ



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO CIRCULANTE	2.550.148.623,59	2.057.612.250,02	PASSIVO CIRCULANTE	34.146.191,12	22.200.107,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	19.601.925,87	18.182.850,87
Créditos a Curto Prazo	19.305.062,70	18.667.384,71	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	19.305.062,70	18.674.142,43	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	376,00	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-	-6.757,72	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	52.171,80	60.454,66	Provisões a Curto Prazo	1.362.031,89	1.350.642,63
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	13.181.857,36	2.666.614,27
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	131.694.786,88	110.159.809,01	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	73.735.066,24	58.198.800,83	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	73.735.066,24	58.198.800,83	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	657.950,01	1.184.111,67	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	12.056.928,87	10.831.193,37	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Créditos Previdenciários do RPPS	-	-	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	97.005.305,09	78.505.881,00	Provisões a Longo Prazo	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-35.985.117,73	-32.322.385,21	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	34.146.191,12	22.200.107,77
Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Propriedades para Investimento	-	-		2023	2022
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Demais Reservas	1.583.465,25	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados Acumulados	2.646.113.754,10	2.145.571.951,26
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	502.135.573,77	368.946.084,91
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	2.143.988.486,01	1.768.276.715,46
Imobilizado	47.226.901,66	42.707.039,54	Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.305,68	8.349.150,89
Bens Móveis	15.479.214,03	13.833.715,41	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	26.040.906,40	26.092.947,66	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.647.697.219,35	2.145.571.951,26
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-10.561.692,37	-12.259.232,25			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	31.747.687,63	28.873.324,13			
Bens Imóveis	31.794.000,00	28.893.990,00			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-46.312,37	-20.665,87			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	10.732.818,98	9.253.968,64			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSION 22/01/2024	PÁGINA 2
------------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Softwares	10.732.818,98	9.253.968,64			
Softwares	12.803.113,33	10.834.771,95			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.070.294,35	-1.580.803,31			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	2.681.843.410,47	2.167.772.059,03	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.681.843.410,47	2.167.772.059,03

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65	PASSIVO FINANCEIRO	49.516.315,93	31.102.757,25
ATIVO PERMANENTE	151.052.021,38	128.887.648,38	PASSIVO PERMANENTE	1.362.031,89	1.350.642,63
			SALDO PATRIMONIAL	2.630.965.062,65	2.135.318.659,15

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	8.913.215,80	7.160.459,71	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	75.948.424,97	84.934.566,06
Atos Potenciais Ativos	8.913.215,80	7.160.459,71	Atos Potenciais Passivos	75.948.424,97	84.934.566,06
Garantias e Contragarantias Recebidas	8.913.215,80	7.160.459,71	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	464,06	94.153,91
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	75.947.960,91	84.840.412,15
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	8.913.215,80	7.160.459,71	TOTAL	75.948.424,97	84.934.566,06

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-5.537.620,51
Recursos Vinculados	2.486.812.693,67
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-52.081.812,80
Previdência Social (RPPS)	-2.456.433,34



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2024 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVIÇO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Dívida Pública	104.163.625,60
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.437.187.314,21
TOTAL	2.481.275.073,16



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.459.309.200,77	1.263.463.634,24
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	514.563.836,32	480.069.236,33
Venda de Mercadorias	2.710.583,11	3.221.792,66
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	511.853.253,21	476.847.443,67
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	236.012.523,74	182.827.060,16
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	12.070,42	-
Variações Monetárias e Cambiais	2.676.714,19	216.717,56
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	233.323.739,13	182.610.342,60
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	633.541.154,38	630.415.722,93
Transferências Intragovernamentais	633.541.154,38	592.047.984,66
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	38.367.738,27
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	72.910.569,29	-34.362.572,06
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	72.910.569,29	-36.506.663,81
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	2.144.091,75
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.281.117,04	4.514.186,88
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	474.740,16	54.277,02
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.806.376,88	4.459.909,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	957.173.627,00	894.517.549,33
Pessoal e Encargos	223.872.528,56	209.832.338,70
Remuneração a Pessoal	179.213.255,13	168.196.111,56
Encargos Patronais	36.627.212,35	35.175.049,67
Benefícios a Pessoal	7.326.006,38	5.986.288,80
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	706.054,70	474.888,67
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	107.336.237,28	100.943.563,51
Aposentadorias e Reformas	88.845.085,54	83.340.162,58
Pensões	16.510.743,78	15.533.646,64
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.980.407,96	2.069.754,29
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	48.211.227,31	43.251.622,10
Uso de Material de Consumo	80.672,80	4.394,77
Serviços	47.542.152,19	42.718.108,86
Depreciação, Amortização e Exaustão	588.402,32	529.118,47
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	687,08	209,77
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	687,08	209,77
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	519.503.551,45	529.752.712,99
Transferências Intragovernamentais	519.278.368,53	486.372.267,80
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	1.500,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	223.682,92	43.380.445,19
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	50.472.239,57	3.833.310,72
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	4.130.714,96	3.657.770,78
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	5.600,00	-
Incorporação de Passivos	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2023	2022
Desincorporação de Ativos	46.335.924,61	175.539,94
Tributárias	7.746.177,66	6.643.518,78
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	176.047,55	61.436,28
Contribuições	7.570.130,11	6.582.082,50
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	30.978,09	260.272,76
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	83.200,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	30.978,09	177.072,76
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	502.135.573,77	368.946.084,91

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2023	2022



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	767.266.501,00	767.266.501,00	756.475.940,34	-10.790.560,66
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	229.327.373,00	229.327.373,00	233.837.229,03	4.509.856,03
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	16.408,00	16.408,00	14.484,00	-1.924,00
Valores Mobiliários	229.310.965,00	229.310.965,00	233.822.745,03	4.511.780,03
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	537.766.317,00	537.766.317,00	514.549.352,32	-23.216.964,68
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	537.766.317,00	537.766.317,00	514.549.352,32	-23.216.964,68
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	172.811,00	172.811,00	8.089.358,99	7.916.547,99
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	170.752,00	170.752,00	119.929,15	-50.822,85
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	7.663.705,05	7.663.705,05
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	2.059,00	2.059,00	305.724,79	303.665,79
RECEITAS DE CAPITAL	75.337,00	75.337,00	59.723,71	-15.613,29
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	75.337,00	75.337,00	59.723,71	-15.613,29
Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2024 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	767.341.838,00	767.341.838,00	756.535.664,05	-10.806.173,95
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	767.341.838,00	767.341.838,00	756.535.664,05	-10.806.173,95
TOTAL	767.341.838,00	767.341.838,00	756.535.664,05	-10.806.173,95
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	39.109.920,00	-	-39.109.920,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	39.109.920,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	361.594.390,00	391.093.211,00	387.611.625,80	381.036.713,16	348.795.003,75	3.481.585,20
Pessoal e Encargos Sociais	302.339.922,00	324.194.390,00	322.239.863,60	322.147.763,60	290.801.735,17	1.954.526,40
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.254.468,00	66.898.821,00	65.371.762,20	58.888.949,56	57.993.268,58	1.527.058,80
DESPESAS DE CAPITAL	2.103.854,00	11.714.953,00	10.179.173,92	571.910,92	571.910,92	1.535.779,08
Investimentos	2.103.854,00	11.714.953,00	10.179.173,92	571.910,92	571.910,92	1.535.779,08
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	504.838.005,00	504.838.005,00	-	-	-	504.838.005,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	868.536.249,00	907.646.169,00	397.790.799,72	381.608.624,08	349.366.914,67	509.855.369,28
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	868.536.249,00	907.646.169,00	397.790.799,72	381.608.624,08	349.366.914,67	509.855.369,28
SUPERAVIT			358.744.864,33			-358.744.864,33



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 22/01/2024 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	868.536.249,00	907.646.169,00	756.535.664,05	381.608.624,08	349.366.914,67	151.110.504,95

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	306.122,02	6.449.611,73	5.796.647,99	5.796.647,99	468.346,24	490.739,52
Pessoal e Encargos Sociais	-	110.000,00	68.134,94	68.134,94	41.865,06	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	306.122,02	6.339.611,73	5.728.513,05	5.728.513,05	426.481,18	490.739,52
DESPESAS DE CAPITAL	17.417,36	3.480.141,00	3.420.899,46	3.420.899,46	17.417,36	59.241,54
Investimentos	17.417,36	3.480.141,00	3.420.899,46	3.420.899,46	17.417,36	59.241,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	323.539,38	9.929.752,73	9.217.547,45	9.217.547,45	485.763,60	549.981,06

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	79.935,50	20.171.210,69	20.248.542,04	-	2.604,15
Pessoal e Encargos Sociais	-	19.391.123,89	19.391.123,89	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	79.935,50	780.086,80	857.418,15	-	2.604,15
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	79.935,50	20.171.210,69	20.248.542,04	-	2.604,15



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMISSÃO 06/03/2024	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
Receitas Orçamentárias	756.535.664,05	664.457.651,01	Despesas Orçamentárias	397.790.799,72	366.289.656,38
Ordinárias	-	-	Ordinárias	23.750.864,03	6.989.675,05
Vinculadas	758.870.560,11	667.574.692,66	Vinculadas	374.039.935,69	359.299.981,33
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	-	1.089.767,03
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-	Previdência Social (RPPS)	98.709.379,37	97.786.584,56
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	758.862.851,75	-	Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	667.574.692,66	Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	275.330.556,32	-
Recursos Extraorçamentários	-	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-	260.423.629,74
Recursos Não Classificados	7.708,36	-	Recursos Extraorçamentários	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.334.896,06	-3.117.041,65	Recursos Não Classificados	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	633.541.154,38	592.047.984,66	Transferências Financeiras Concedidas	519.263.813,79	486.372.267,80
Resultantes da Execução Orçamentária	114.584.193,17	105.867.627,98	Resultantes da Execução Orçamentária	248.964,94	186.887,02
Repasse Recebido	114.584.193,17	105.867.627,98	Repasse Concedido	248.964,94	186.887,02
Independentes da Execução Orçamentária	518.956.961,21	486.180.356,68	Independentes da Execução Orçamentária	519.014.848,85	486.185.380,78
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.842,05	1.094,19	Movimento de Saldos Patrimoniais	519.014.848,85	486.185.380,78
Movimentação de Saldos Patrimoniais	518.955.119,16	486.179.262,49	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	52.434.703,10	33.288.125,42	Pagamentos Extraorçamentários	33.549.929,58	28.206.050,01
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	32.241.709,41	20.171.210,69	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.248.542,04	19.867.403,68
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	16.182.175,64	9.929.752,73	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	9.217.547,45	5.219.760,29
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.010.812,07	3.181.043,71	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.069.285,35	3.118.886,04
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5,98	6.118,29	Outros Pagamentos Extraorçamentários	14.554,74	-
Arrecadação de Outra Unidade	5,98	6.118,29	Demais Pagamentos	14.554,74	-
Saldo do Exercício Anterior	2.038.884.410,65	1.629.958.623,75	Saldo para o Exercício Seguinte	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.038.884.410,65	1.629.958.623,75	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65
TOTAL	3.481.395.932,18	2.919.752.384,84	TOTAL	3.481.395.932,18	2.919.752.384,84



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2023	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 22/01/2024	PAGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTITULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	495.840.065,11	409.251.146,91
INGRESSOS	1.394.027.912,77	1.259.637.022,81
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	14.484,00	14.484,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	514.549.352,32	480.054.752,33
Remuneração das Disponibilidades	233.822.745,03	181.289.116,89
Outras Receitas Derivadas e Originárias	8.089.358,99	3.043.522,93
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	637.551.972,43	595.235.146,66
Ingressos Extraorçamentários	4.010.812,07	3.181.043,71
Transferências Financeiras Recebidas	633.541.154,38	592.047.984,66
Arrecadação de Outra Unidade	5,98	6.118,29
DESEMBOLSOS	-898.187.847,66	-850.385.875,90
Pessoal e Demais Despesas	-332.833.056,89	-320.955.267,79
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-79.268,54	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-102.112.668,22	-99.162.606,05
Saúde	-17.216,29	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-230.623.903,84	-221.792.661,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 22/01/2024	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2023	2022
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-42.007.136,89	-39.939.454,27
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-42.005.636,89	-39.939.454,27
Outras Transferências Concedidas	-1.500,00	-
Outros Desembolsos Operacionais	-523.347.653,88	-489.491.153,84
Dispêndios Extraorçamentários	-4.069.285,35	-3.118.886,04
Transferências Financeiras Concedidas	-519.263.813,79	-486.372.267,80
Demais Pagamentos	-14.554,74	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-3.933.086,67	-325.360,01
INGRESSOS	59.723,71	55.774,86
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	59.723,71	55.774,86
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-3.992.810,38	-381.134,87
Aquisição de Ativo Não Circulante	-2.013.074,00	-13.672,82
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-1.979.736,38	-367.462,05
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	491.906.978,44	408.925.786,90
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.038.884.410,65	1.629.958.623,75
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2023 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 07/02/2024 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2022	-	-	-	-	-	1.768.276.715,46	-	-	1.768.276.715,46
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	8.351.893,47	-	-	8.351.893,47
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-2.742,58	-	-	-2.742,58
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	368.946.084,91	-	-	368.946.084,91
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2022	-	-	-	-	-	2.145.571.951,26	-	-	2.145.571.951,26

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2023	-	-	-	-	-	2.145.571.951,26	-	-	2.145.571.951,26
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-10.305,68	-	-	-10.305,68
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	1.583.465,25	-1.583.465,25	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	502.135.573,77	-	-	502.135.573,77
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2023	-	-	-	-	1.583.465,25	2.646.113.754,10	-	-	2.647.697.219,35

Notas Explicativas

Introdução

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, criado pela Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

A missão do INPI é estimular a inovação e a competitividade a serviço do desenvolvimento tecnológico e econômico do Brasil, por meio da proteção eficiente da propriedade industrial.

Entre os serviços do Instituto, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia. Na economia do conhecimento, estes direitos se transformam em diferenciais competitivos, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas.

A atual estrutura regimental do INPI foi estabelecida pelo Decreto n.º 8.854, de 22 de setembro de 2016. Além da cidade do Rio de Janeiro, a autarquia está presente em treze pontos do país. Considerando a Resolução INPI n.º 255, de 18 de dezembro de 2019, a atual estrutura do Instituto nos estados é a seguinte:

Duas Coordenações de Relações Institucionais (COINS):

- São Paulo (COINS/SP);
- Brasília (COINS/DF).

Quatro Escritórios de Difusão Regional (EDIR):

- Nordeste (EDIR/NE), em Recife-PE;
- Sudeste (EDIR/SE), em Belo Horizonte-MG;
- Centro-Oeste/Norte (EDIR/CO-N) em Goiânia-GO; e
- Sul (EDIR/S), em Porto Alegre-RS.

Sete Seções de Difusão Regional (SEDIR):

- Salvador-BA (SEDIR/NE I), Fortaleza-CE (SEDIR/NE II), Aracaju-SE (SEDIR/NE III) e Campina Grande-PB (SEDIR/NE IV), subordinadas ao EDIR/NE;
- Vitória-ES (SEDIR/SE I), subordinada ao EDIR/SE;
- Florianópolis-SC (SEDIR/S I) e Curitiba-PR (SEDIR/S II), subordinadas ao EDIR/S.

Divisão de Contabilidade Geral

A Divisão de Contabilidade Geral (DICON) compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF), subordinada à Diretoria de Administração (DIRAD) do INPI, e é formada por uma equipe de quatro servidores:

- Diogo de Oliveira Medeiros, Analista de Planejamento;
- Luciana Santos Santiago, Analista em Ciência e Tecnologia;
- Paulo José Lages Bastos, Analista de Planejamento; e
- Rafael Brandão Medina, Analista de Planejamento.

A DICON possui como principais atribuições: efetuar registros contábeis, preparar a conciliação entre os saldos das contas e registros extracontábeis, realizar a análise das contas e dos demonstrativos contábeis, efetuar o registro da conformidade contábil e garantir a fidedignidade e integridade dos dados relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial do INPI, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) elaboradas pelo INPI são:

- Balanço Patrimonial: evidencia o ativo (bens e direitos), passivo (obrigações) e o patrimônio líquido (compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos);

Notas Explicativas

- Balanço Orçamentário: apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas realizadas e despesas executadas;
- Balanço Financeiro: demonstra o fluxo financeiro, confrontando as entradas de recursos com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais: apura-se o resultado patrimonial, confrontando-se as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: divulga as variações do Patrimônio Líquido, bem como sua evolução no período.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento; e
- Notas Explicativas.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas, observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP; o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público– MCASP, 9ª edição; e o Manual SIAFI.

Base de Preparação das Demonstrações e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas apresentam informações extraídas dos registros de documentos lançados no SIAFI, considerando a execução do Órgão 30204 - INPI, estando o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Financeiro, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido contendo valores comparativos ao exercício de 2022.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas Demonstrações Contábeis do INPI, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público foram os seguintes:

Ativo Circulante

Compreende as disponibilidades e os direitos realizáveis no curto prazo, ou seja, até o final do exercício social subsequente à data de encerramento do balanço, bem como as aplicações de recursos da despesa do mesmo período.

Caixa e Equivalentes de Caixa: incluem a conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: composto por adiantamentos concedidos a pessoal (13º salário, férias e salários) e a terceiros, mensurados pelo valor original; remuneração de recursos aplicados na conta única da União (CTU); créditos a receber decorrentes de acerto financeiro com servidores e ex-servidores; e créditos a receber decorrentes de infrações (multa por descumprimento contratual aplicadas pelo INPI). Os procedimentos para o registro de créditos a receber seguem os descritos na Macrofunção SIAFI 021138 – DIVERSOS RESPONSÁVEIS, destacando-se que a atualização de tais valores é feita utilizando-se a metodologia do sistema de atualização de débitos utilizado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, disponível em <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>, no mínimo anualmente, conforme orientado naquela Macrofunção.

Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado e mensurados pelo custo médio ponderado das compras, conforme o inciso III, do artigo 106, da Lei n.º 4.320/1964.

Notas Explicativas

Ativo Não Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo: Compreende os direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) empréstimos e financiamentos concedidos; (ii) Dívida Ativa Não Tributária; (iii) Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. As atualizações e correções monetárias são realizadas, utilizando-se o sistema de atualização de débitos do Tribunal de Contas da União. Em relação à Dívida Ativa Não Tributária os valores são atualizados trimestralmente conforme a IN/INPI/PR n.º 110/2019 e orientações descritas na Macrofunção SIAFI 021122 – DIVIDA ATIVA. Os demais créditos e valores de longo prazo são atualizados uma vez ao ano, preferencialmente em dezembro, conforme item n.º 2.3.9.1 da Macrofunção SIAFI 021138 – DIVERSOS RESPONSÁVEIS.

Ajuste para Perdas em Créditos de Longo Prazo: conta contábil do Balanço Patrimonial referente ao ajuste de perdas estimadas relacionadas à Dívida Ativa Não Tributária e Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Em 2018, a Procuradoria Federal Especializada do INPI (PFE/INPI) forneceu o índice de perda estimada. A partir do exercício de 2019, adota-se a metodologia de média do histórico de recebimentos dos últimos três exercícios para o ajuste de perdas da Dívida Ativa Não Tributária, conforme descritos na Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS. Desde 2020, o ajuste de perdas foi estendido para Demais Créditos e Valores a Curto Prazo e Demais Créditos e Valores Longo Prazo.

Imobilizado: o imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Os bens móveis são registrados pelo custo de aquisição, ficando sob o controle patrimonial do Serviço de Patrimônio (SERPA) do INPI. Em relação aos bens imóveis, seus registros são realizados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIU-net), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e, por conseguinte, refletindo seus saldos no sistema SIAFI.

Intangível: direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Depreciação e amortização de bens móveis: a base de cálculo para depreciação e amortização é o custo de aquisição dos bens. A depreciação dos bens móveis é iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização.

Até outubro de 2020, as informações de depreciação dos bens móveis eram apuradas pelo Sistema Integrado de Gestão do INPI – SIGINPI, que utiliza como regra de cálculo os seguintes parâmetros:

- Método das quotas constantes; e
- Utilização da tabela constante na Macrofunção SIAFI 020330 – DEPRECIÇÃO.

Devido a problemas técnicos no sistema de controle patrimonial (SIGINPI) e sua inoperância, os registros contábeis de depreciação dos bens móveis estão suspensos desde outubro de 2020.

Depreciação de bens imóveis: as informações da depreciação dos bens imóveis são apuradas pelo Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário da União (SPIU-net), gerido pela Secretaria

Notas Explicativas

de Patrimônio da União (SPU), e repassadas à Secretaria do Tesouro Nacional, órgão responsável pelos registros contábeis das depreciações desses bens.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivo Circulante

Compreende as obrigações, inclusive os financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando a sua liquidação ocorrer até o término do exercício seguinte. São mensuradas pelo custo histórico acrescido de atualizações, quando pertinentes. O passivo circulante apresenta a seguinte divisão: (i) décimo terceiro salário a pagar; (ii) férias a pagar; (iii) fornecedores a pagar; (iv) provisões e (v) demais valores a curto prazo (consignações e cauções).

No exercício de 2019, o INPI iniciou duas práticas contábeis que resultaram em novos registros nesse grupo de contas: controle contábil de remunerações de exercícios anteriores a serem pagas a servidores ativos e inativos (Provisões a Curto Prazo) e a implantação de novo código de recolhimento para pedidos de patentes destinados a entidades internacionais de propriedade intelectual (Demais Obrigações de Curto Prazo).

As remunerações de exercícios anteriores são valores em decorrência de acertos da folha de pagamento – referentes a exercícios já encerrados – pendentes de autorização orçamentária e/ou aqueles acima do limite de R\$ 5.000,00, conforme Portaria Conjunta Decreto n.º 2, de 30 de novembro de 2012, das extintas Secretarias de Gestão Pública e de Orçamento Federal, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

Essas obrigações, quando autorizadas, são pagas concomitantemente à folha de pagamento. No entanto, cabe salientar que a existência dessas obrigações não implica em atraso na remuneração mensal dos servidores ativos e inativos do INPI. Estas estão sendo cumpridas com pontualidade. As remunerações de exercícios anteriores, por possuírem essas peculiaridades, careciam de uma melhor evidenciação contábil.

No final do exercício de 2019, realizou-se o levantamento de todos os valores devidos, e a DICON os registrou em “Provisões a Curto Prazo”, conforme estabelecido na Macrofunção SIAFI 020336 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES. Entretanto, a referida norma – apesar de não constar literalmente – é mais direcionada para os registros de ações judiciais. Sugestões foram encaminhadas à STN sobre a necessidade de uma norma para melhor operacionalizar esses registros, mas ainda não houve manifestação daquele órgão.

Desde então, os valores de Provisões a Curto Prazo são atualizados trimestralmente com informações repassadas pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH).

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Apuração do Resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados:

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e das Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD.

Notas Explicativas

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potenciais de serviços fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

O regime orçamentário da entidade segue o descrito no art. 35 da Lei Decreto n.º 4.320/1964. Desse modo, o resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias diretamente arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superavit/deficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade.

No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Mudanças nas políticas contábeis

No exercício de 2023, não houve mudanças nas políticas contábeis.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O item Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme definido pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), compreende o somatório de valores disponíveis na Conta Única do Tesouro e em outros bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para as quais não haja restrição para uso imediato.

O montante registrado neste item no exercício de 2023 foi no valor total de R\$ 2,530 bilhões, quando comparado com o exercício de 2022, o acréscimo foi de 24,13% em decorrência principalmente do crescimento ocorrido no saldo da conta contábil “Conta Única – Recursos da Conta Única Aplicados” que representa a movimentação financeira de recursos da conta única em processo de aplicação e resgate pela própria unidade gestora.

Todavia, o saldo de R\$ 2,505 bilhões apresentado nessa conta contábil “Conta Única – Recursos da Conta Única Aplicados” em 2023 e que corresponde a 98,99% do total do item “Caixa e Equivalentes de Caixa”, não apresenta liquidez imediata em função da inexistência de autorização orçamentária e financeira para sua utilização.

Órgão UGE		Mês Lançamento		DEZ/2023	DEZ/2022	AH (%)	AV (%)
		Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		
30204	INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL	111110201	'= CONTA UNICA - BANCO CENTRAL DO BRASIL		0,00	0,00%	0,00
		111110206	'= CTU - RECURSOS DA CONTA UNICA APLICADOS	2.505.255.350,35	2.014.889.547,96	24,34%	98,99%
		111111903	'= DEMAIS CONTAS - CAIXA ECONOMICA FEDERAL	423,00	3.040,12	-86,09%	0,00%
		111122001	'= LIMITE DE SAQUE COM VINCULACAO DE PGTO - OFSS	3.885.330,94	3.934.124,16	-1,24%	0,15%
		111122003	'= LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO-ORDEM PAGTO - OFSS	21.650.284,80	20.057.698,41	7,94%	0,86%
				2.530.791.389,09	2.038.884.410,65	24,13%	100,00%

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES - CURTO PRAZO

O subgrupo “Demais Créditos e Valores - Curto Prazo” é composto pelas contas contábeis a seguir.

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
13 SALÁRIO - ADIANTAMENTO	2.299.686,14	2.212.706,16	3,93%
ADIANTAMENTO DE FERIAS	2.074.300,60	1.894.380,43	9,50%
SALARIOS E ORDENADOS - PAGAMENTO ANTECIPADO	279.323,57	265.750,37	5,11%
VALORES A REC POR DEVOLUCAO DESP. ESTORNADAS	13.254,88	0,00	
CRED A REC DECOR DE INFRAC LEG E CONTRATUAIS	0,00	13.058,40	-100,00%

Notas Explicativas

CRED A REC DE ACERTO FINAN C/SERVIDOR/EX SERV	6.809.118,87	5.945.084,04	14,53%
ADIANTAMENTO - TERMO EXECUCAO DESCENTRALIZADA	2.668.725,94	2.663.546,20	0,19%
REMUNERACAO RECURSOS APLIC NA CTU A RECEBER	5.140.833,89	5.639.839,79	-8,85%
CRED A REC POR CESSAO DE PESSOAL - ESTADO	19.818,81	39.777,04	-50,18%
AJUSTE PARA PERDAS - SUBGRUPO 113 (C/C 090)	0,00	(6.757,72)	-100,00%
TOTAL	19.305.062,70	18.667.384,71	3,42%

Fonte: Tesouro Gerencial

Acerca das contas contábeis do subgrupo “Demais Créditos e Valores - Curto Prazo”, seguem os seguintes esclarecimentos.

“13.º Salário – Adiantamento”: os valores se referem ao adiantamento da primeira parcela do 13.º salário (gratificação natalina) que os servidores ativos solicitam no primeiro pagamento do ano, opção não estendida aos aposentados e pensionistas, que recebem apenas no pagamento de julho. O valor registrado nessa conta contábil é fornecido no encerramento do exercício pelo setor de recursos humanos e registrado pela DICON.

“Adiantamento de Férias”: assim como ocorre com o registro contábil de adiantamento de 13.º salário, o adiantamento de férias é registrado inicialmente na folha de pessoal do mês de dezembro de cada ano e, no decorrer do exercício subsequente, nos meses em que há o pagamento desse benefício. O valor registrado nessa conta contábil é fornecido no encerramento do exercício pelo setor de recursos humanos e registrado pela DICON.

“Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado”: nessa conta registra-se o adiantamento de pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário do mês seguinte, recebendo o benefício no início do gozo das férias.

“Valores a Receber por Devoluções de Despesas Estornadas”: o valor de R\$ 13.254,88 refere-se a um lançamento em duplicidade em decorrência de acerto contábil que foi regularizado em janeiro de 2024. Dessa forma, a conta contábil deveria ter o saldo zerado no encerramento de 2023.

“Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”: Essa conta registra créditos a receber decorrentes de aplicações de multas em relação a descumprimento contratual por parte dos fornecedores e prestações de serviço junto ao INPI.

No exercício de 2023 a conta teve seu saldo zerado em 31/12/2023 provocada pelas seguintes movimentações:

- 2 pagamentos realizados pelos devedores;
- 2 reclassificações de curto prazo para longo prazo conforme item 2.1.3, página 162 do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 9ª edição;
- 2 pagamentos realizados por compensação de créditos autorizadas pelo ordenador de despesas;
- 4 baixas em virtude da emissão de 4 certidões de dívida ativa não tributária com a transferência de 3 delas para a conta 121110500 – DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA e uma certidão integralmente quitada em dezembro de 2023.

“Créditos a Receber Decorrente de Acerto Financeiro com Servidores e ex-Servidores”: no exercício de 2021, o TRF-2 determinou, em decisão judicial transitado em julgado, que 507 servidores ativos e inativos do INPI realizassem o ressarcimento ao erário de valores referentes ao índice de 45% outorgado aos militares e indevidamente percebido por essas pessoas. Parte dos apenados optou pelo desconto em folha, e o valor de R\$ 6.809.118,87 refere-se à previsão do total dos descontos em contracheque em favor do INPI que serão recolhidos durante todo o exercício de 2024.

Notas Explicativas

Esse valor, no encerramento do exercício de 2023, foi reclassificado do longo para o curto prazo, considerando o total recolhido no mês de dezembro de 2023 e multiplicado por doze.

“Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada”: é composto por valores repassados no exercício de 2023 por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). O valor de R\$ 2.668.725,94 refere-se a quantias repassadas às seguintes instituições:

- Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBITC): R\$ 2.597.190,00 referentes ao projeto de pesquisa e desenvolvimento de modelos de suporte digital no fluxo de patentes do INPI, com duração até 2024; e
- Gerência Regional de Administração, do Ministério da Economia, em Santa Catarina (GRA-SC): R\$ 71.535,94 com o objetivo de ressarcimento de despesas de custeio do imóvel cedido por aquele órgão, para o funcionamento de unidade do INPI na capital catarinense;

“Remuneração de Recursos aplicados na CTU a receber”: o valor de R\$ 5.140.833,89 refere-se a lançamentos realizados pela Coordenação Geral de Programação Financeira, da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que detém o gerenciamento sobre o todo o montante aplicado na Conta Única do Tesouro Nacional e estabelece o limite financeiro a ser utilizado pelo INPI;

“Crédito a Receber por Cessão de Pessoal - Estado”: quantia a ser ressarcida ao INPI pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – Jucerja – devido à cessão de um servidor ao órgão estadual;

“Ajustes para Perdas”: refere-se ao montante registrado na conta contábil “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”. Houve uma redução de 100%, em relação a 2022, em função da conta 113810700 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais apresentar saldo zero em dezembro de 2023.; assim não há ajuste de perdas a realizar em relação ao exercício de 2023. Quando o mesmo é necessário utiliza-se o procedimento de ajuste conforme a Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE PARA PERDAS ESTIMADAS, item 6.1, “o ajuste de perdas de créditos compreende o ajuste para perdas estimadas com o não recebimento de valores do ativo (créditos tributários, dívida ativa, transferências, clientes, empréstimos concedidos, demais créditos), por inadimplência de terceiros e outras”. O item 6.2 dispõe: “Para a mensuração do valor recuperável dos créditos a receber, recomenda-se a utilização da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados (...)”. Desde 2020, aplica-se essa técnica para os ajustes de perdas às contas contábeis “11.381.07.00 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações Legais e Contratuais – Curto Prazo”, “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos – Decisão do TCU” e “12.121.98.21 – Créditos a Receber Decorrentes de Infrações – Longo Prazo”. Assim, o ajuste para perdas estimadas do Balanço Patrimonial do INPI, no exercício de 2023, foi realizado em uma contas contábil: Ajuste para Perda em Créditos a Longo Prazo, este subdividido entre ajustes de Dívida Ativa Não Tributária e de Demais Créditos a Longo Prazo.

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

A conta 12.111.03.08 - Financiamentos Concedidos a Receber - exceto FAT refere-se exclusivamente à alienação de bens imóveis, em março de 1991, mediante Termo de Convênio firmado entre o INPI e a Caixa Econômica Federal (CEF), na forma que dispõem as Leis n.º 8.011/1990, 8.057/1990 e 8.068/1990 e os Decretos n.º 99.209/1990, 99.665/1990, 99.266/1990 e 99.664/1990. Esse termo resultou em um financiamento com características atípicas, já que geralmente, quando a CEF faz a intermediação da venda de um imóvel, repassa o valor integral da venda ao alienante no momento da assinatura do contrato e a cobrança posterior passa a ser um direito da instituição financeira.

No caso desse termo celebrado com o INPI, a CEF não repassou o valor dos imóveis ao INPI na época da assinatura do acordo com os adquirentes dos imóveis, e ainda ficou responsável pelo recebimento das prestações efetuadas pelos adquirentes e pelo repasse mensal ao INPI. No entanto,

Notas Explicativas

caso algum adquirente não efetue o pagamento da mensalidade, o valor não é repassado ao INPI pela CEF.

A CEF realiza mensalmente o envio de uma planilha com a posição do saldo devedor do financiamento concedido e cópia do pagamento de uma GRU em favor do INPI referente aos valores recebidos dos adquirentes dos imóveis. Assim, por meio dessas informações, a DICON realiza os lançamentos contábeis no SIAFI para atualização do saldo da conta 12.111.03.08 – Financiamentos Concedidos a Receber.

Salienta-se que em função de processamento realizado no sistema pela CEF para cumprimento da Resolução BACEN - Resolução CMN 2.682/1999 e Carta Circular CARTA CIRCULAR BCB 2899/2000), a posição dos contratos em Março/2022 em relação às posições dos meses de abril a dezembro de 2022 e às dos meses de janeiro a maio de 2023 podem apresentar alterações, e estão em análise pela CEF. Acrescenta-se que o valor da taxa de Administração correspondente aos meses de abril a dezembro de 2022 e aos meses de janeiro a maio de 2023 não está sendo descontado da arrecadação devido aos ajustes em andamento e será realizada a cobrança em competência futura.

Dessa forma, devido a todas as especificidades do termo, essa DICON não realiza os ajustes para perdas estimadas na conta contábil “12.111.03.08 – Financiamentos Concedidos a Receber” conforme a Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTES PARA PERDAS ESTIMADAS porque é aplicada nas contas contábeis de créditos a receber por aplicação de multa contratual, de dívida ativa de longo prazo e de créditos a receber por dano ao patrimônio decorrente de decisões do TCU.

Na tabela a seguir, é apresentada a evolução da conta 12.111.03.08 - Financiamentos Concedidos a Receber de dezembro de 2023 em relação a dezembro de 2022.

Tabela –Financiamentos Concedidos a Receber – exceto FAT

Mês Lançamento		DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
Conta Contábil		Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
121110308	FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS A REC - EXCETO FAT	657.950,01	1.184.111,67	-44,44%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2023.

Em 31/12/2023, a conta contábil 12.111.03.08 – Financiamentos Concedidos a Receber - apresentou um saldo de R\$ 657.950,01. Essa conta apresentou variação negativa de 44,44% no período entre 31/12/2022 e 31/12/2023, em decorrência de alterações em saldos devedores provenientes de processamento realizado pela CEF conforme a Resolução BACEN – CMN nº 2.682/1999 e Carta-Circular nº BACEN nº 2.899/2000.

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

O item é composto por multas aplicadas pelo INPI às pessoas físicas e jurídicas por descumprimento contratual e por ressarcimentos de danos ao erário.

A gestão da Dívida Ativa do INPI é responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada(PFE -INPI), cabendo a Divisão de Contabilidade a realização dos registros contábeis dos créditos inscritos em dívida ativa no Sistema Integrado de Administração Financeira(SIAFI).

Até o exercício de 2019, a Procuradoria Federal Especializada do INPI(PFE-INPI) emitia e enviava as certidões em processos físicos(papel) para que a Divisão de Contabilidade do INPI(DICON) efetuasse os registros e posteriores atualizações das Certidões de Dívida Ativa Não Tributária no SIAFI.

A partir do exercício de 2020, as novas certidões de dívida ativa não tributária do INPI passaram a ser emitidas pela Equipe Nacional de Cobrança- AGU(ENAC) no Sistema Sapiens

Notas Explicativas

Dívida; com isso PFE-INPI passou a enviar trimestralmente à DICON relatório gerado naquele sistema contendo as atualizações das certidões sapiens já emitidas, assim como novas certidões emitidas dentro de cada trimestre.

A dívida ativa não tributária do INPI é registrada em duas contas contábeis distintas: conta 121110500 – Dívida Ativa Não Tributária e conta 121210501 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos Decisão TCU.

A conta 121110500 possui 41 certidões de dívida ativa não tributária, sendo 17 destas emitidas pela ENAC através do Sistema Sapiens Dívida.

A conta 121210501 possui em 2 de seus 3 registros (conta correntes), duas certidões de dívida ativa não tributária. Uma foi emitida pela ENAC e a outra foi emitida pela PFE-INPI; em relação a essa certidão não sapiens, cujo saldo em dezembro de 2022 era de R\$ 1.372.404,28, é importante informar que a mesma não estava sendo computada no saldo de 2022 da dívida ativa não tributária consolidada na NE do exercício de 2022. O motivo é que somente ao longo do exercício de 2023 a Divisão de Contabilidade do INPI identificou que um dos 3 registros dessa conta possuía uma certidão emitida pela PFE-INPI (certidão não sapiens); assim a mesma foi incluída no saldo de 2022, no quadro saldo da dívida ativa não tributária consolidada na presente nota explicativa do exercício de 2023, assim, a diferença do saldo exercício de 2022, apresentada na nota explicativa do relatório de gestão de 2022 e na presente nota explicativa é justamente a valor da certidão não sapiens, no valor de R\$ 1.372.404,28 ora incluída no saldo de 2022 na presente nota explicativa. A razão para estas duas certidões estarem registradas nessa conta é que as mesmas tem como origem créditos provenientes de direito oriundo de danos ao patrimônio apurado em Tomada de Contas Especial (TCE), cujas contas foram julgadas irregulares por aquela Egrégia Corte de Contas com a aplicação do débito ao responsável, conforme descrito nos itens 2.3.3 e 2.7 da macrofunção SIAFI 021138 DIVERSOS RESPONSÁVEIS.

Os créditos inscritos em dívida ativa não tributária, são objeto de atualização monetária, juros e multas previstos em contratos e normativos legais. A multa de mora aplicada aos créditos inscritos em dívida ativa é de 20%, e a atualização/juros é feita através da SELIC.

As certidões emitidas pela ENAC são atualizadas automaticamente pelo Sistema Sapiens Dívida quando do envio do relatório à Divisão de Contabilidade do INPI (DICON) para registro no SIAFI.

As certidões emitidas pela PFE-INPI, após o registro inicial no SIAFI são atualizadas mensalmente e registradas no SIAFI pela Divisão de Contabilidade.

Os encargos legais são recursos destinados ao custeio das despesas de representação judicial e extrajudicial, que devem ser recolhidos à Advocacia Geral da União (item 3.2.6, da Macrofunção SIAFI 021122 – DIVIDA ATIVA). Assim, os mesmos não compõem o ativo não circulante do INPI, conforme item 3.2.3 da referida norma.

O saldo da Dívida Ativa Não Tributária Consolidada do Exercício de 2023 é demonstrado abaixo:

Notas Explicativas

DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA CONSOLIDADA									
Conta Contábil	Métrica	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		A/R	AV%(2023)	CDA SAPIENS	CDA SAPIENS CONTA - 121210501	CDA N SAPIENS CONTA - 121210501	CDA EMITIDA
		ENTIDADE CCor	DEZ/2023						
	10.XXX.XXX/0001-32		2.511,57	2.227,47	12,75%	0,02%			
	02.XXX.XXX/0001-01		361.800,09	320.875,49	12,75%	2,54%			
	08.XXX.XXX/0001-85		40.248,08	35.695,43	12,75%	0,28%			
	01.XXX.XXX/0001-59		22.685,93	20.765,17	9,25%	0,16%	X		
	32.XXX.XXX/0001-30		416.973,75	369.373,30	12,89%	2,93%			
	07.XXX.XXX/0001-67		243.844,39	222.891,34	9,40%	1,71%	X		
	16.XXX.XXX/0001-02		7.446,60	0,00	100,00%	0,05%	X		X
	453.XXX.XXX-06		133.666,58	118.546,90	12,75%	0,94%			
	71.XXX.XXX/0001-66		1.020.871,03	905.395,30	12,75%	7,18%			
	06.XXX.XXX/0001-90		53.984,40	47.877,96	12,75%	0,38%			
	34.XXX.XXX/0001-99		31.268,30	45.475,72	-31,24%	0,22%	X		
	06.XXX.XXX/0001-89		84.846,53	159.050,85	-46,65%	0,60%	X		
	16.XXX.XXX/0001-55		60.451,07	55.603,02	8,72%	0,42%	X		
	07.XXX.XXX/0001-16		708.835,40	628.655,55	12,75%	4,98%			
	03.XXX.XXX/0001-78		1.017,66	820,20	24,07%	0,01%			
	11.XXX.XXX/0001-57		31.494,56	0,00	100,00%	0,22%	X		X
	972.XXX.XXX-34		383.719,79	340.315,36	12,75%	2,70%			
	57.XXX.XXX/0001-14		90.074,32	82.682,18	8,94%	0,63%	X		
	10.XXX.XXX/0001-61		39.756,23	35.259,21	12,75%	0,28%			
	24.XXX.XXX/0001-03		79.453,92	72.552,48	9,51%	0,56%	X		
	05.XXX.XXX/0001-14		14.241,34	12.630,44	12,75%	0,10%			
	02.XXX.XXX/0001-69		234.265,13	207.766,25	12,75%	1,65%			
	08.XXX.XXX/0001-34		5.742,92	5.263,87	9,10%	0,04%	X		
	04.XXX.XXX/0001-82		194.270,07	172.295,22	12,75%	1,37%			
	07.XXX.XXX/0001-98		214.270,38	194.316,23	10,27%	1,51%	X		
	08.XXX.XXX/0001-60		1.263,42	0,00	100,00%	0,01%	X		X
	06.XXX.XXX/0001-51		5.894.980,20	5.228.170,08	12,75%	41,44%			
	78.XXX.XXX/0001-58		1.003,14	889,66	12,76%	0,01%			
	02.XXX.XXX/0001-54		25.045,07	22.929,38	9,23%	0,18%	X		
	07.XXX.XXX/0001-48		55.043,77	48.817,50	12,75%	0,39%			
	03.XXX.XXX/0001-79		34.115,26	30.256,32	12,75%	0,24%			
	08.XXX.XXX/0001-63		210.797,75	195.287,63	7,94%	1,48%	X		
	05.XXX.XXX/0001-26		80.626,57	71.789,80	12,31%	0,57%			
	07.XXX.XXX/0001-55		159.307,39	141.287,35	12,75%	1,12%			
	03.XXX.XXX/0001-30		415.494,73	385.923,47	7,66%	2,92%	X		
	00.XXX.XXX/0001-93		607.245,99	561.068,70	8,23%	4,27%	X		
	10.XXX.XXX/0001-15		2.436,80	2.161,17	12,75%	0,02%			
	108.XXX.XXX-62		25.869,13	27.778,77	-6,87%	0,18%	X		
	02.XXX.XXX/0001-77		26.758,43	23.731,66	12,75%	0,19%			
	008.XXX.XXX-09		7.589,97	6.731,43	12,75%	0,05%			
	08.XXX.XXX/0001-54		31.611,21	28.035,51	12,75%	0,22%			
121210501	= CRED A REC POR PAGTOS INDEVIDOS	17.XXX.XXX/0001-51	621.623,11	595.603,29	4,37%	4,37%	X		
		DD8537001	1.546.290,74	1.372.404,28	12,67%	10,87%			
TOTAL			14.224.842,72	12.799.200,94	11,14%	xxxxxxx			
	(-) Ajuste de Perdas Conta 121110500		12.047.283,33	10.830.110,76	11,24%				
	(-) Ajuste de Perdas Conta 121210501		2.167.913,85	1.968.007,57	10,16%				
	(-) Saldo Dívida Ativa Não tributária Consolidada		9.645,54	1.082,61	790,95%				

O saldo da “Dívida Ativa Não Tributária Consolidada” antes do ajuste de perdas apresentou um aumento de 11,24% em relação a dezembro de 2022. O aumento foi ocasionado pelo registro de três novas certidões ocorrido no exercício de 2023 e pelas atualizações monetárias. Dos registros contabilmente registrados, destaca-se o registro de CNPJ nº 06.xxx.xxx/0001-51, que representa 41,44% do total do saldo da “Dívida Ativa Não Tributária”.

O ajuste de perdas da conta 1212110501 refere-se aos dois contas correntes que possuem certidões de dívida ativa não tributária emitidas

A redução de 46,65% no conta corrente 06.XXX.XXX/0001-89 refere-se a pagamento através de compensação de créditos do devedor junto ao INPI, autorizado pela Administração.

A redução de 31,24% e de 6,87% refere-se a pagamentos intempestivos de parcelamentos de créditos inscritos em dívida ativa não tributária, lembrando que ambos os parcelamentos foram reincididos por falta de pagamentos regulares.

Ocorreu o aumento de 790% no saldo ajustado da dívida ativa não tributária em relação ao exercício de 2022.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES - LONGO PRAZO

O item “Demais Créditos e Valores - Longo Prazo” é composto por “Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio”, “Créditos a Receber por Acerto Financeiro Com Servidores e Ex-Servidores” e “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações a Longo Prazo”, conforme tabela abaixo.

Notas Explicativas

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
CRED A REC POR PAGTOS INDEVIDOS	23.663.854,74	21.088.172,04	12,21%
CRED A REC POR ACERTO FINAN C/SERV E EX-SERV	72.880.748,05	56.959.127,02	27,95%
CREDITOS A REC DECORRENTES DE INFRACOES-LG PZ	460.702,30	458.581,94	0,46%
TOTAL	97.005.305,09	78.505.881,00	23,56%

Fonte: Tesouro Gerencial

“Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos”: referem-se a três processos de débito solidário, imputados pelo TCU. O acréscimo de 12,21% foi em virtude de atualizações dos valores.

Conforme abordado na Nota Explicativa “Dívida Ativa Não Tributária”, no exercício de 2020, iniciaram-se os registros contábeis de atualização dos valores da dívida ativa do INPI com base no relatório do sistema Sapiens, fornecido pela Procuradoria Federal Especializada (PFE).

O sistema Sapiens apresenta os créditos cuja execução está sob a responsabilidade da Procuradoria Federal Especializada do INPI (PFE). No entanto, o registro contábil no SIAFI é segregado em duas contas contábeis distintas: “12.111.05.00 – Dívida Ativa Não Tributária” e “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos – Decisão do TCU”.

Em dezembro de 2023, havia na conta contábil “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos” três devedores registrados. Porém, apenas um dos créditos encontrava-se cadastrado no sistema Sapiens (CNPJ 17.XXX.XXX/0001-51). Os demais foram atualizados pela DICON.

Conta Contábil	Métrica	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		AH%	AV% (2023)	CDA
	Entidade CCor	DEZ/2023	DEZ/2022			
CRED A REC POR PAGTOS INDEVIDOS	17.XXX.XXX/0001-51	621.623,11	595.603,29	4,37%	2,63%	X
	DD8537001	1.546.290,74	1.372.404,28	12,67%	6,53%	X
	DD438219	21.495.940,89	19.120.164,47			
TOTAL		23.663.854,74	21.088.172,04	12,21%	100,00%	

Fonte: Tesouro Gerencial

“Créditos a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e ex-Servidores”: montante relativo a créditos a receber em decorrência de decisão judicial transitado em julgado no TRF-2, que determinou o ressarcimento ao erário de valores referentes ao índice de 45% outorgado aos militares e indevidamente percebido por 507 servidores ativos e inativos do INPI. Os valores são apurados e gerenciados pelo setor de recursos humanos e contabilmente registrado pela DICON. O aumento de R\$ 15.921.621,03 (27,95%) na referida conta contábil ocorreu devido à inclusão intempestiva da quantia de R\$ 24.153.881,89 a receber, informada pelo RH, e pela reclassificação de R\$ 8.232.260,86 para a conta de curto prazo “Créditos a Receber Decorrente de Acerto Financeiro com Servidores e ex-Servidores”, que corresponde aos valores que serão recolhidos em favor do INPI em 2024 por meio dos descontos em contracheque.

Créditos a Receber Decorrentes de Infrações - Longo Prazo: referem-se a multas contratuais aplicadas pela Administração, reclassificadas do curto para o longo prazo, segundo critérios previstos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), quando não quitadas pelas empresas devedoras. O aumento de R\$ 2.120,36 (0,46%) ocorreu devido às atualizações trimestrais dos devedores efetuadas pela DICON, no valor de R\$ 73.554,70, que por sua vez foram reduzidas pelas baixas por recebimentos, no valor de R\$ 71.737,34.

Notas Explicativas

AJUSTE PARA PERDAS EM CRÉDITOS A LONGO PRAZO

Os “Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo”, constante no Ativo Não Circulante do Balanço Patrimonial do INPI em 2023, apresentam a seguinte composição:

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2023
	SALDO - R\$
AJUSTE PERDAS DE DIVIDA ATIVA NÃO TRIBUTARIA	(12.047.283,33)
AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS A LP	(23.937.834,40)
TOTAL DO AJUSTE PARA PERDAS EM CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(35.985.117,73)

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2023 o ajuste de perdas em dívida ativa não tributária apresenta uma expectativa de perda da ordem de 99,92% dos créditos inscritos em dívida ativa não tributária, contra uma expectativa de perda da ordem de 99,99% no exercício de 2022. Em relação a conta ajuste de perdas de demais créditos a longo prazo, não á que se falar em variação, pois em ambos os exercícios 2023 e 2022, a expectativa de perda foi de 100%.

“Ajuste de Perdas de Divida Ativa não Tributária”: segundo o item 2.3.7, da Macrofunção SIAFI 021112 – DIVIDA ATIVA, “a constituição de perda estimada para o recebimento de créditos inscritos em dívida ativa atende ao disposto na NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008 e às características qualitativas da informação contábil da relevância e da representação fidedigna, estabelecidas pela NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016”.

Até o exercício de 2017, não se constituía ajuste de perdas de perdas para créditos inscritos em dívida ativa não tributária, o que acarretava a aplicação de restrição contábil no Balanço Patrimonial da entidade.

No exercício de 2018, com as informações fornecidas pela Procuradoria Federal Especializada do INPI (PFE/INPI), chegou-se ao coeficiente de perda estimada de 0,742, o que em termos percentuais significou uma expectativa de perda de 74,2% no recebimento dos créditos inscritos dívida ativa não tributária daquele exercício.

A partir do exercício de 2019, em função da dificuldade de obtenção de novo índice junto à área jurídica do INPI e, diante do fato de que o valor do ajuste para perdas estimadas deve ser revisto à data da elaboração das demonstrações contábeis da entidade, a Divisão de Contabilidade Geral passou a adotar a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6.2 da Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS.

No exercício de 2023, utilizando-se a metodologia citada no parágrafo anterior, obteve-se o índice de perdas estimadas de 0,08, que aplicado ao Balanço Patrimonial do INPI representa uma expectativa de perda da ordem de 99,92% dos créditos inscritos em dívida ativa não tributaria (conta 121110500)

Importante ressaltar que os recebimentos ocorridos no exercício de 2023 referem-se a pagamentos intempestivos de dois parcelamentos de créditos inscritos em dívida ativa não tributaria e a hum pagamento parcial resultante de compensação de créditos do devedor junto ao INPI, autorizado pela Administração do INPI.

Notas Explicativas

“Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Longo Prazo”: o referido ajuste é composto por duas contas contábeis: “12.121.99.01 – Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos” e “12.121.99.02 – Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE”. Em ambas utilizou-se a mesma metodologia de cálculo, histórico de recebimentos passados.

- **Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos:** Após a aplicação da metodologia do histórico de recebimentos passados, obteve-se o índice de 40,53, aplicado no balanço patrimonial de 2022 do INPI, o que em termos percentuais representa uma perda de aproximadamente 59,47% no recebimento da conta contábil “12.121.98.21 – Créditos a Receber Decorrente de Infrações – Longo Prazo”.
- **“Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)”:** o primeiro registro na conta contábil “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos – Decisão do TCU” realizou-se em dezembro de 2019. Na referida conta encontram-se valores provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em Tomada de Contas Especial (TCE), cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com aplicação de débito ao responsável. Devido às dificuldades de se apurar um índice de ajuste de perda, no exercício de 2019 não foi aplicado ajuste na referida conta contábil. No exercício de 2020, com o início dos registros contábeis de atualização dos valores da dívida ativa do INPI com base no relatório do sistema Sapiens, fornecido pela PFE, a Divisão de Contabilidade Geral padronizou os registros de ajustes, tendo em vista que no referido sistema são cadastrados os devedores das contas contábeis “12.111.05.00 – Dívida Ativa Não tributária” e hum conta corrente, 17.XXX.XXX/0001-51 da conta “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos – Decisão do TCU”. Assim, a DICON utilizou a metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6.2 da Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS. Após a aplicação da metodologia do histórico de recebimentos passados, obteve-se o índice de 0,0000, aplicado no balanço patrimonial de 2023 do INPI, o que em termos percentuais representa uma perda de aproximadamente 100,00% no recebimento da conta contábil “12.121.05.01 – Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos – Decisão TCU”. Segue abaixo, o quadro com a composição da conta “Ajuste de Perdas de Demais Créditos a Longo Prazo”.

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2023
	SALDO - R\$
AJUSTE PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS	(273.979,66)
AJUSTE DE PERDAS DE CRÉDITOS APURADOS EM TCE	(23.663.854,74)
TOTAL DO AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS A LONGO PRAZO	(23.937.834,40)

Fonte: Tesouro Gerencial

Notas Explicativas
BENS MÓVEIS

Os bens móveis do INPI estão classificados da seguinte forma:

BENS MÓVEIS	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	7.331,09	7.631,09	-3,93%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	2.126.572,05	2.126.572,05	0,00%
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP	133.727,58	127.651,68	4,76%
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	1.767,21	1.817,21	-2,75%
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	85.781,18	85.820,18	-0,05%
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	32.050,55	32.050,55	0,00%
MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	11.381,71	11.381,71	0,00%
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	18.188.061,49	18.030.612,23	0,87%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	11.008,38	11.008,38	0,00%
MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	14.246,58	14.246,58	0,00%
MOBILIARIO EM GERAL	3.862.547,76	4.009.230,48	-3,66%
COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	150.952,61	150.952,61	0,00%
DISCOTECAS E FILMOTECAS	2.674,00	2.674,00	0,00%
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTISTICOS	516,81	516,81	0,00%
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	328.609,89	333.825,89	-1,56%
OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	20.719,58	20.719,58	0,00%
VEICULOS EM GERAL	18.627,80	18.627,80	0,00%
VEICULOS DE TRACAO MECANICA	1.780,00	1.780,00	0,00%
PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	9.255,92	9.255,92	0,00%
MATERIAL DE USO DURADOURO	1.033.294,21	1.096.572,91	-5,77%
* = DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(10.561.692,37)	(12.259.232,25)	-13,85%
TOTAL	15.479.214,03	13.833.715,41	11,89%

Fonte: Tesouro Gerencial

O título bens móveis do Ativo Não Circulante corresponde a 0,52% da classe ativo e, em relação a Dez/2022, apresentou um aumento de 11,89% devido à aquisição de equipamentos de TIC. Apesar de essa conta contábil ter sofrido um aumento de apenas 0,87%, conforme tabela acima, tanto as aquisições como as baixas foram na ordem de 2 milhões de reais. Associada as outras baixas, a depreciação acumulada foi reduzida em 13,85%, provocando o aumento nos bens móveis.

Devido a problemas apresentados no sistema de gerenciamento de bens móveis utilizado pelo setor de patrimônio, o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) não é encaminhado à setorial de contabilidade desde outubro de 2020, data do último documento conciliado. Por conseguinte, os registros contábeis de depreciação mensal foram suspensos.

Com a obrigatoriedade de implantação do sistema Siads, há a expectativa de que os registros contábeis de depreciação dos bens móveis sejam regularizados no exercício de 2024.

Apesar do não envio do RMB pelo setor de patrimônio, a DICON registrou, durante o exercício de 2023, baixas de bens em virtude de doações e de transferências, juntamente com as respectivas depreciações, conforme detalhamento a seguir. Como informação complementar, segue tabela com a vida útil das contas contábeis dos bens móveis.

Notas Explicativas

FAVORECIDO (UG/CNPJ)	158143	158292	158157	183023	23.XXX.XXX/0001-55	05.XXX.XXX/0001-35	05.XXX.XXX/0001-03	BAIXA DE DEPRECIACÃO ACUMULADA	TOTAL DA BAIXA POR CONTA CONTÁBIL EM VIRTUDE DA DOACÃO
CONTA CONTÁBIL	IFB - REITORIA - BRASILIA-DF	IFMA/CAMPUS ALCANTARA	INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC.DO R.DE JANEIRO	INSTITUTO NAC.DE METROLOG. QUALID. E TECNOLOG	COOPERATIVA DE TRABALHO DE LIXO ELETRONICO - COOPERTRO	INSTITUTO BRASILEIROS AMIGOS DA VIDA	INSTITUTO NOVA AGORA DE CIDADANIA - INAC		
APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO								(96,00)	(96,00)
EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO, LAB E HOSP								(614,15)	(614,15)
APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES								(48,96)	(48,96)
EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO								(18,28)	(18,28)
EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC				(148.224,36)	(24.497,10)	(6.463,56)	(6.623,84)	(1.663.868,13)	(1.849.676,99)
MOBILIARIO EM GERAL	(17.928,19)		(3.988,95)	(22.215,66)		(27,21)		(101.746,41)	(145.906,42)
EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO		(204,82)						(4.412,73)	(4.617,55)
TOTAL	(17.928,19)	(204,82)	(3.988,95)	(170.440,02)	(24.497,10)	(6.490,77)	(6.623,84)	(1.770.804,66)	(2.000.978,35)

Fonte: Tesouro Gerencial

Conta Contábil	Vida útil (Anos)	Valor Residual (%)
123110101 APARELHOS DE MEDICAO E ORIENTACAO	15	10
123110102 APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	10	20
123110103 EQUIPAM/UTENSILIOS MEDICOS, ODONTO ,LAB E HOSP	15	20
123110104 APARELHO E EQUIPAMENTO P/ESPORTES E DIVERSOES	10	10
123110105 EQUIPAMENTO DE PROTECAO, SEGURANCA E SOCORRO	10	10
123110108 MAQUINAS E EQUIPAMENTOS GRAFICOS	15	10
123110109 MAQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSILIOS DE OFICINA	10	10
123110201 EQUIP DE TECNOLOG DA INFOR E COMUNICACAO/TIC	5	10
123110301 APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10
123110302 MAQUINAS E UTENSILIOS DE ESCRITORIO	10	10
123110303 MOBILIARIO EM GERAL	10	10
123110402 COLECOES E MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0
123110403 DISCOTECAS E FILMOTECAS	5	10
123110404 INSTRUMENTOS MUSAICAIS E ARTISTICOS	20	10
123110405 EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO	10	10
123110406 OBRAS DE ARTE E PECAS PARA EXPOSICAO	-	-
123110501 VEICULOS EM GERAL	15	10
123110503 VEICULOS DE TRACAO MECANICA	15	10
123119909 PECAS NAO INCORPORAVEIS A IMOVEIS	10	10
123119910 MATERIAL DE USO DURADOURO	-	-

Fonte: Macrofunção SIAFI 020330

Notas Explicativas

BENS IMÓVEIS

O controle gerencial dos bens imóveis é realizado pelo setor de patrimônio do INPI, por meio sistema Spiu-net, da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), cabendo àquele órgão a apuração das depreciações mensais dos imóveis, que por sua vez repassa os valores à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para efetuar os registros contábeis de forma centralizada no sistema SIAFI.

Dessa forma os bens imóveis do INPI apresentaram a seguinte composição:

BENS IMÓVEIS	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
EDIFÍCIOS	25.768.500,00	22.868.490,00	12,68%
IMÓVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS	6.025.500,00	6.025.500,00	0,00%
DEPRECIACAO ACUMULADA	(46.312,37)	(20.665,87)	124,10%
Total	31.747.687,63	28.873.324,13	9,96%

Fonte: Tesouro Gerencial

No exercício de 2023, ocorreu a avaliação do edifício do INPI, localizado na Praça da Bandeira, na cidade do Rio de Janeiro, em função da regularização na base no sistema Spiu-net, provocando um aumento de 12,68%, em relação ao exercício anterior, na conta contábil Edifícios.

O outro imóvel localizado na cidade de São Paulo, registrado na conta contábil Imóveis Residenciais e Comerciais, permaneceu com o valor de R\$ 6.025.500,00.

INTANGÍVEL

O Ativo Intangível compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os bens intangíveis estão avaliados no balanço patrimonial com base no custo de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada.

No INPI o grupo do Ativo Intangível é composto exclusivamente por softwares, subdivididos em “software com vida útil definida ou indefinida”. A tabela a seguir apresenta a composição desse grupo nos exercícios de 2022 e 2023.

CONTA CONTÁBIL	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	SALDO - R\$	SALDO - R\$	
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	2.644.452,43	2.644.452,43	0,00%
SOFTWARE COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	10.158.660,90	8.190.319,52	24,03%
AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	(2.070.294,35)	(1.580.803,31)	30,96%
TOTAL	10.732.818,98	9.253.968,64	15,98%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em 31/12/2023, o INPI apresentou um saldo de R\$ 10.732.818,98, após a dedução do valor referente à amortização acumulada, representando um acréscimo de 15,98%. Esse acréscimo ocorreu principalmente em função do incremento de 24,03% na conta contábil “Software com Vida

Notas Explicativas

Útil Indefinida”. Por outro lado, a conta “Software com Vida Útil Definida” não sofreu variação no exercício de 2023.

As contas contábeis “Software com Vida Útil Definida” e “Software com Vida Útil Indefinida” apresentaram os seguintes valores, detalhados por inscrição genérica, em dezembro de 2022 e 2023, conforme tabela abaixo.

Órgão UGE	Conta Contábil	Mês Lançamento	DEZ/2023	DEZ/2022	
		Conta Corrente	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
30204	124110101	SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	ISINPI007	51.023,23	51.023,23
			ISINPI027	243.930,00	243.930,00
			ISINPI031	1.345.500,00	1.345.500,00
			ISINPI032	34.999,20	34.999,20
			ISINPI034	614.100,00	614.100,00
			ISINPI095	132.080,00	132.080,00
			ISINPI096	106.770,00	106.770,00
			ISINPI097	18.750,00	18.750,00
			ISINPI098	97.300,00	97.300,00
			Total	2.644.452,43	2.644.452,43
	124110201	SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA	ISINPI003	355.939,24	355.939,24
			ISINPI004	644.264,00	644.264,00
			ISINPI005	852.304,00	852.304,00
			ISINPI009	62.980,00	62.980,00
			ISINPI010	60.500,00	60.500,00
			ISINPI012	6.325,65	6.325,65
			ISINPI016	15.765,99	15.765,99
			ISINPI018	16.967,00	16.967,00
			ISINPI019	0,01	0,01
			ISINPI020	0,01	0,01
			ISINPI021	265.178,03	265.178,03
			ISINPI022	26.645,00	26.645,00
			ISINPI033	3.109.715,69	3.109.715,69
			ISINPI037	6.947,46	6.947,46
			ISINPI038	1.509,12	1.509,12
			ISINPI039	27.460,25	27.460,25
			ISINPI040	35.855,34	35.855,34
			ISINPI041	7.168,08	7.168,08
			ISINPI042	10.786,38	10.786,38
			ISINPI043	12.407,45	12.407,45
			ISINPI044	12.298,85	12.298,85
			ISINPI045	43.655,57	43.655,57
			ISINPI046	611.462,13	611.462,13
			ISINPI047	5.076,99	5.076,99
ISINPI048			4.324,59	4.324,59	
ISINPI049			84.312,23	84.312,23	
ISINPI050			16.769,56	16.769,56	
ISINPI051			20.661,62	20.661,62	
ISINPI052			309.234,42	309.234,42	
ISINPI053			7.545,60	7.545,60	
ISINPI054	5.493,27	5.493,27			
ISINPI055	26.834,74	26.834,74			
ISINPI056	154.445,60	154.445,60			
ISINPI057	5.533,44	5.533,44			
ISINPI058	503,04	503,04			
ISINPI059	6.867,30	6.867,30			
ISINPI060	7.319,32	7.319,32			
ISINPI061	5.868,80	5.868,80			

Notas Explicativas

				ISINPI062	4.527,36	4.527,36
				ISINPI063	310.519,57	310.519,57
				ISINPI064	31.904,87	31.904,87
				ISINPI065	5.281,60	5.281,60
				ISINPI066	3.049,62	3.049,62
				ISINPI067	127.862,70	127.862,70
				ISINPI068	28.954,31	28.954,31
				ISINPI069	3.018,24	3.018,24
				ISINPI070	11.110,74	11.110,74
				ISINPI071	26.528,18	26.528,18
				ISINPI072	72.177,28	72.177,28
				ISINPI073	16.488,81	16.488,81
				ISINPI074	240.086,53	240.086,53
				ISINPI075	6.392,68	6.392,68
				ISINPI076	15.091,20	15.091,20
				ISINPI077	26.186,58	26.186,58
				ISINPI078	31.896,97	31.896,97
				ISINPI079	11.249,54	11.249,54
				ISINPI080	1.463,85	1.463,85
				ISINPI081	5.653,89	5.653,89
				ISINPI082	107.027,26	107.027,26
				ISINPI083	15.091,20	15.091,20
				ISINPI084	5.700,48	5.700,48
				ISINPI085	76.505,79	76.505,79
				ISINPI086	10.599,33	10.599,33
				ISINPI087	71.107,14	71.107,14
				ISINPI088	2.739,30	2.739,30
				ISINPI089	1.460,96	1.460,96
				ISINPI090	26.160,32	26.160,32
				ISINPI091	3.926,33	3.926,33
				ISINPI092	8.674,45	8.674,45
				ISINPI093	639,17	639,17
				ISINPI094	615.830,78	34.317,50
				ISINPI099	142.200,00	
				ISINPI100	331.800,00	
				ISINPI101	903.238,56	
				ISINPI102	9.589,54	
				Total	10.158.660,90	8.190.319,52

Fonte: Tesouro Gerencial

Na conta contábil “Software com Vida Útil Indefinida”, o incremento de 24,03% no exercício de 2023 ocorreu devido às seguintes aquisições:

a) ISINPI094 - Desenvolvimento e transferência de conhecimento baseadas nas ideias e práticas “ágeis” e de “software *craftsmanship*” no valor de R\$ 581.513,28 – Fornecedor: WEBSIS, ocorrida durante o período analisado;

b) ISINPI099 e ISINPI100 - Licença do software VMware Vsphere Enterprise Plus, por socket no valor total de R\$ 474.000,00 - Fornecedor: AMM, ocorrida no primeiro trimestre;

c) ISINPI101 - Licença perpetua Windows Server Datacenter para 2 cores, com Software Assurance no valor de R\$ 903.238,56 - Fornecedor: TELSINC, ocorrida no segundo trimestre; e

d) ISINPI102 - Desenvolvimento e transferência de conhecimento baseadas nas ideias e práticas “ágeis” e de “software *craftsmanship*” no valor de R\$ 9.589,54 - Fornecedor: META, realizada no quarto trimestre de 2023.

Com relação à conta “Amortização Acumulada”, foi empregado o método linear com base no tempo de vida útil dos bens intangíveis de vida útil definida. A vida útil dos bens intangíveis compreende o período de tempo definido ou estimado, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios econômicos futuros de um ativo. A Tabela a seguir demonstra o tempo de vida útil dos

Notas Explicativas

bens detalhados por inscrição genérica, que compõe a conta contábil “Softwares com Vida Útil Definida”.

CONTA CONTÁBIL	CONTA CORRENTE	VIDA ÚTIL (MESES)
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA	ISINPI007	105
	ISINPI027	36
	ISINPI030	36
	ISINPI031	53
	ISINPI032	36
	ISINPI034	53
	ISINPI035	36
	ISINPI095	112
	ISINPI096	112
	ISINPI097	112
	ISINPI098	74

Fonte: DICON

A conta “Amortização Acumulada” apresentou um crescimento de 30,96% no período em função da reclassificação do ativo intangível ISINPI031 de vida útil indefinida para definida no exercício de 2022, assim como em decorrência da alocação sistemática do valor amortizável mensalmente dos ativos intangíveis registrados na conta “Softwares com Vida Útil Definida”.

Por fim, no final do exercício de 2023 foi solicitado à Coordenação de Tecnologia da Informação, a reavaliação dos valores dos softwares registrados no Ativo Intangível para regularização. O parecer indicou a inexistência de melhorias capazes de agregar valor aos ativos intangíveis existentes.

Provisões de Curto Prazo

No final do exercício de 2019, a DICON iniciou o controle contábil dos valores de salários de exercícios anteriores, pendentes de pagamento. A implementação dessa medida – que deveria ser comum em todos os órgãos e entidades da Administração Pública federal – tem por objetivo evidenciar com fidedignidade a situação patrimonial do INPI.

Os valores com essa classificação são em decorrência de acertos da folha de pagamento – referentes a exercícios já encerrados – pendentes de autorização orçamentária e/ou aqueles acima do limite de R\$ 5.000,00, conforme Portaria Conjunta n.º 2, de 30 de novembro de 2012, das extintas Secretarias de Gestão Pública e de Orçamento Federal, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para operacionalizar tais registros, trimestralmente o setor de pagamento de recursos humanos passou a informar, por meio de um processo administrativo interno, o saldo atualizado dos valores a serem pagos. Com o objetivo de se manter o sigilo das informações, o processo foi criado com acesso restrito e sem conter dados que possam identificar os beneficiários dos pagamentos.

Os registros contábeis realizados foram baseados na Macrofunção SIAFI 020336 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES. Entretanto, a referida norma é mais direcionada para os registros de ações judiciais. Sugestões foram encaminhadas à STN sobre a necessidade de uma norma para melhor operacionalizar esses registros, mas ainda não houve manifestação do órgão central de contabilidade.

Notas Explicativas

É importante salientar que a existência dessas obrigações não significa que o INPI se encontra em atraso na remuneração dos seus servidores ativos e inativos, a qual é cumprida com pontualidade a cada primeiro dia útil do mês.

O exercício de 2023 terminou com um saldo salários de exercícios anteriores 0,84% maior do que o do exercício de 2022. Embora tenha havido pagamentos nessa rubrica, novos valores foram acrescidos no controle do setor de recursos humanos.

Na sequência, o quadro com a situação de salários a pagar de exercícios anteriores, no final do exercício de 2023.

SALÁRIOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (EM R\$)			
52400.075400/2015-38	R\$ 17.208,68	52402.008693/2021-94	R\$ 16.257,27
52400.097289/2016-67	R\$ 9.650,00	52402.011758/2021-06	R\$ 6.827,30
52400.109104/2017-91	R\$ 26.766,82	52402.011020/2021-11	R\$ 11.323,12
52400.226973/2017-34	R\$ 5.085,24	52402.001534/2022-03	R\$ 14.876,40
52400.129938/2016-41	R\$ 160.666,65	52402.004005/2023-70	R\$ 8.808,42
52400.029628/2017-18	R\$ 12.998,88	52402.000620/2023-99	R\$ 5.191,42
52400.044105/2013-31	R\$ 14.250,05	52402.003032/2020-64	R\$ 6.766,34
52400.226968/2017-02	R\$ 12.486,63	52402.001354/2023-02	R\$ 6.232,18
52400.226955/2017-52	R\$ 5.147,12	52402.014134/2022-68	R\$ 32.202,43
52400.076620/2018-12	R\$ 18.459,67	52402.009929/2022-45	R\$ 51.227,11
52400.088256/2016-17	R\$ 75.373,80	52400.000736/2006-56	R\$ 11.687,25
52402.004251/2019-08	R\$ 5.546,43	52400.110102/2014-10	R\$ 16.601,56
52400.181252/2016-25	R\$ 65.445,90	52400.095338/2014-38	R\$ 11.607,99
52402.005065/2019-50	R\$ 7.987,07	52400.058782/2012-47	R\$ 6.958,88
52402.007085/2019-39	R\$ 18.135,38	52400.055434/2013-35	R\$ 10.503,39
52402.006189/2019-07	R\$ 6.022,15	52400.000350/2009-41	R\$ 7.373,63
52402.013629/2019-10	R\$ 89.698,63	52400.026691/2016-67	R\$ 5.784,41
52402.001614/2020-89	R\$ 8.895,51	52400.003381/2009-81	R\$ 45.510,05
52402.009430/2019-04	R\$ 10.485,67	52400.000953/2009-07	R\$ 46.488,05
52402.001791/2020-74	R\$ 6.025,67	52400.000522/2002-29	R\$ 48.211,75
52402.001788/2020-60	R\$ 6.067,45	52400.002265/2009-45	R\$ 147.240,00
52402.003034/2020-90	R\$ 5.664,30	52400.001286/2008-07	R\$ 17.143,88
52402.009694/2020-01	R\$ 47.014,73	52400.095184/2014-66	R\$ 57.710,09
52402.002999/2021-91	R\$ 7.209,88	52400.000963/1994-02	R\$ 5.743,11
52402.000756/2021-19	R\$ 6.822,68	52400.033094/2015-17	R\$ 41.847,85
52402.000771/2021-02	R\$ 8.596,42	52402.001788/2020-60	R\$ 6.067,45
52402.008696/2021-82	R\$ 43.252,75	52402.001534/2022-03	R\$ 14.876,40
TOTAL: R\$ 1.362.031,89			

Fonte: CGRH/DIRAD

Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo

Nesse subgrupo de contas são evidenciados os registros contábeis relacionados aos pagamentos a servidores, fornecidos pelo setor de recursos humanos e encaminhados ao setor financeiro por meio de Demonstrativo de Despesa de Pessoal (DDP). Tais valores se referem a: salários, remunerações e benefícios; 13º a pagar; férias a pagar; benefícios assistenciais a pagar; contribuições a entidades de previdência privada; e outros.

Notas Explicativas

Demais Obrigações a Curto Prazo

Refere-se a retenções e ingressos extraorçamentários como consignações, precatórios, contribuições previdenciárias, pensão alimentícia, planos de previdência complementar, depósitos e cauções, principalmente, em cumprimento à Lei de Licitações e Contratos.

Conta Contábil	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
RETENCAO PREVIDENCIARIA - FRGPS	100.246,43	111.911,49	-10,42%
IRRF DEVIDO AO TESOURO NACIONAL	10.486.372,33	0,00	
ISS	55,90	55,90	0,00%
PENSAO ALIMENTICIA	185.297,82	185.070,73	0,12%
PLANOS DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA MEDICA	9.188,40	7.599,37	20,91%
RETENCOES - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	928.901,22	850.377,58	9,23%
SERVICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	9.131,67	7.243,73	26,06%
PREVIDENCIA COMPLEMENTAR SERVIDOR PUB FEDERAL	224.487,94	198.619,59	13,02%
DEPOSITOS RETIDOS DE FORNECEDORES	2.425,26	81.480,39	-97,02%
OUTROS CONSIGNATARIOS	695.904,72	625.936,54	11,18%
DEPOSITOS E CAUCOES RECEBIDOS	423,00	3.040,12	-86,09%
DEPOSITOS DE TERCEIROS	539.422,67	595.278,83	-9,38%
TOTAL	13.181.857,36	2.666.614,27	394,33%

Fonte: Tesouro Gerencial

Esse subtítulo do Passivo Circulante apresentou um aumento de 394,33%, em relação a dezembro de 2022, devido ao saldo na conta contábil “21.881.01.04 – IRRF devido ao Tesouro Nacional” no encerramento do exercício. Devido à mudança no cronograma de recolhimento dos tributos federais ocorrida no segundo semestre de 2023, o IRRF passou a ser pago no dia 20 de cada mês. Com isso, o exercício de 2023 terminou com saldo de R\$ 10.486.372,33, enquanto que, em 2022, a mesma conta contábil encerrou o exercício zerada.

Demais Reservas

O saldo de R\$ 1.583.465,25 em Demais Reservas, no patrimônio líquido do balanço patrimonial, refere-se a lançamentos de reavaliação dos bens imóveis do INPI, efetuados pela STN no encerramento do exercício de 2023.

Esses registros foram segregados em três contas correntes, cada um referente a um imóvel. Entretanto, o INPI possui em seu balanço apenas dois imóveis, sendo que, das três reavaliações lançadas pela STN, apenas uma corresponde a um dos imóveis registrados atualmente no acervo do INPI (RIP 7107003275002). Os outros dois RIPs que constam na conta corrente da reserva de reavaliação (1389011265007 e 5705004275007) se referem a dois imóveis baixados em 2021 e 2022, respectivamente.

Com isso, a referida inconsistência foi encaminhada à setorial contábil do Ministério, que por sua vez, repassou à STN. A fim de corrigir os lançamentos, a STN criou uma nova situação no Siafi-web e forneceu as orientações, em fevereiro de 2024, para que a regularização da conta contábil fosse efetuada pelas setoriais contábeis. Dessa forma, os acertos foram realizados pela DICON em

Notas Explicativas

março de 2024, transferindo os respectivos saldos às UGs que atualmente controlam esses imóveis. Assim, o valor correto da conta contábil “23.611.02.00 – Reavaliação de Bens Imóveis - RIP”, que deveria constar no encerramento de 2023, é R\$ 1.271.952,00. As reservas de reavaliação referentes aos RIPs 1389011265007 e 5705004275007 foram transferidas, respectivamente, às UGs 783601 (Escola de Aprendizes de Marinheiros – Ceará) e 170107 (SPU/ES).

Conta Contábil		Mês Lançamento	DEZ/2023	UG ATUAL
		Conta Corrente	Saldo - R\$	
123210101	IMOVEIS RESIDENCIAIS / COMERCIAIS	7107003275002	6.025.500,00	183038
		Total	6.025.500,00	
123210102	EDIFÍCIOS	6001061585000	25.768.500,00	183038
		Total	25.768.500,00	
Total			31.794.000,00	
236110200	REAVALIACAO DE BENS IMOVEIS - RIP	1389011265007	284.064,70	783601
		5705004275007	27.448,55	170104
		7107003275002	1.271.952,00	183038
Total			1.583.465,25	

Fonte: Tesouro Gerencial/STN

Superávit Financeiro

O Balanço Patrimonial é uma demonstração contábil que evidencia os bens, direitos e obrigações da entidade, além da sua situação patrimonial. A situação patrimonial ou saldo patrimonial corresponde a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), composto pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), formado pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante.

Em 2023, o saldo patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 2,630 bilhões devido ao montante de recursos arrecadados por meio da prestação de serviços referente ao registro de ativos de propriedade intelectual (marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, dentre outros). A tabela a seguir demonstra um comparativo do saldo patrimonial nos últimos dois exercícios.

Tabela - Comparativo dos Saldos Patrimoniais 2022 e 2023

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65	PASSIVO FINANCEIRO	49.516.315,93	31.102.757,25
ATIVO PERMANENTE	151.052.021,38	128.887.648,38	PASSIVO PERMANENTE	1.362.031,89	1.350.642,63
			SALDO PATRIMONIAL	2.630.965.062,65	2.135.318.659,15

Fonte: SIAFI

O Balanço Patrimonial também fornece o superávit/déficit financeiro do exercício por meio do confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. O superávit/déficit financeiro é um indicador para uma possível abertura de créditos adicionais para o exercício seguinte.

No exercício de 2023, foi registrado também um superávit financeiro de R\$ 2,481 bilhões como apurado nos últimos anos devido ao fato de o INPI ser uma autarquia arrecadadora. O

Notas Explicativas

contingenciamento orçamentário ocorrido em toda a administração federal também contribuiu para o aumento no valor do superávit apurado em 2023, já que provoca um maior tempo de aplicação desse valor na Conta Única do Tesouro Nacional.

A tabela abaixo demonstra o comparativo dos Superávits Financeiros apurados nos exercícios de 2022 e 2023. Em seguida é apresentado o demonstrativo do superávit apurado no exercício de 2023, conforme a destinação de recursos em ordinários ou vinculados.

Tabela – Comparativo dos Superávits Financeiros 2022 e 2023

R\$

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2023	2022	ESPECIFICAÇÃO	2023	2022
ATIVO FINANCEIRO	2.530.791.389,09	2.038.884.410,65	PASSIVO FINANCEIRO	49.516.315,93	31.102.757,25
			SUPERÁVIT FINANCEIRO	2.481.275.073,16	2.007.781.653,40

Fonte: SIAFI

Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial 2023

R\$

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
RECURSOS ORDINÁRIOS	-5.537.620,51
RECURSOS VINCULADOS	2.486.812.693,67
SEGURIDADE SOCIAL (EXCETO PREVIDÊNCIA)	-52.081.812,80
PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)	-2.456.433,34
DÍVIDA PÚBLICA	104.163.625,60
RECURSOS VINCULADOS A FUNDOS, ÓRGÃOS E PROGRAMAS	2.437.187.314,21
TOTAL	2.481.275.073,16

Fonte: SIAFI

Obrigações Contratuais – Atos Potenciais Ativos e Passivos

Houve alteração na composição do grupo de contas “Obrigações Contratuais a Executar” em 2023 em relação a 2022, ocorrendo uma redução de 10,43%

A maior redução ocorreu na conta de fornecimento de bens, 98,68% em relação ao saldo apresentado em 2022

Em dezembro de 2023, as obrigações contratuais – atos potenciais passivos apresentaram a seguinte composição:

COMPOSIÇÃO	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
SERVIÇOS	58.341.168,31	58.259.764,20	0,14%
ALUGUEIS	17.600.392,60	24.564.526,95	-28,35%
FORNECIMENTO DE BENS	6.400,00	2.016.121,00	-98,68%
TOTAL	75.947.960,91	84.840.412,15	-10,43%

Fonte: Tesouro Gerencial

A redução do saldo dos contratos de fornecimento de bens foi ocasionado pela execução dos itens 1 e 2 do contrato número 019/2022, no valor global de R\$ 2.080.521,00, cujo objeto foi a contratação de serviços de fornecimento de equipamentos de infraestrutura de TIC, licenciamento, instalação, configuração, garantia e suporte técnico, que foram prestados nas condições

Notas Explicativas

estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. , com vigência de 27/12/2022 a 27/07/2027. Os itens 1 e 2 do referido contrato perfazem o valor de R\$ 2.016.121,00; sendo o item1 referente a compra de 3 servidores Lenovo ThinkSystem SR850, no valor de R\$ R\$ 2.004.726,00 e o item 2 refere-se ao serviço de Instalação e configuração dos 3 servidores adquiridos, no valor de R\$ 11.395,00; ambos foram registrados na conta de contratos- fornecimentos de bens; o item 3, que perfaz o valor R\$ 64.400,00 , refere-se a serviço de suporte técnico e garantia por 60 (sessenta) meses, tendo sido registrado na conta de contratos- serviços. O saldo de R\$ 6.400 refere-se a assinatura do contrato número 08/2023, publicado no Diário Oficial da União número 125 de 04/07/2023, cujo objeto é a contratação de solução de tecnologia da informação e comunicação de aquisição de 8(oito) conectores Gbic 10Gb SR, modelo 455883-B21, para atender a conexão física de 04(quatro) equipamentos tipo servidores Blade Geração 9 e o seu Enclosure(modelo c7000 681844-b21), equipamentos produzidos pela Hewlett Packard Enterprise, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

As obrigações contratuais relacionadas com serviços representam 76,82%, os Aluguéis 23,17% e o Fornecimento de Bens 0,01% do total das obrigações contratuais assumidas pelo Instituto até 31/12/203.

A variação de 014% ocorrida do grupo de serviços decorre da assinatura de novos contratos ou de termos aditivos nos contratos já existentes.

A redução no grupo “aluguéis” decorre da normal execução dos 2 contratos de aluguel em vigor.

As Garantias e Contragarantias Recebidas – atos potenciais ativos – apresentam a seguinte composição:

COMPOSIÇÃO	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
SEGUROS-GARANTIA A EXECUTAR	2.461.056,25	2.540.015,32	-3,11%
GARANTIAS INSTITUIDAS POR LEI ESP. A EXECUTAR	6.452.159,55	4.620.444,39	39,64%
TOTAL	8.913.215,80	7.160.459,71	24,48%

O saldo da conta Garantias e Contra- Garantias Recebidas é composto pelo saldo das contas SEGUROS GARANTIAS A EXECUTAR, que regista as garantias previstas no artigo 56 ds Lei nº 8.666/1993 e GARANTIAS INSTITUIDAS POR LEI ESPECÍFICA A EXECUTAR, que compreende os depósitos em conta vinculada – bloqueada para movimentação operacionalizadas segundo a Instrução Normativa nº 5/2017 do Ministério do Planejamento.

A variação da conta Seguros - Garantias a Executar foi de -3,11% e decorre do fim de vigência de apólices de seguro garantia apresentadas pelos prestadores de serviço/ fornecedores do INPI.

O aumento de 39,64% no saldo de garantias instituídas por Lei Esp a Executar, ocorreu pelo aumento de depósitos em conta vinculada, realizados no Banco do Brasil e que são registrados no SIAFI na conta 811110116 – GARANTIAS INSTITUIDAS POR LEI ESPECÍFICA A EXECUTAR.

Ademais, ao longo do exercício financeiro, foi realizado um levantamento de todos os contratos que haviam se encerrado e que ainda constavam com saldo. Por conseguinte, os registros de baixa foram procedidos nas contas contábeis de controle (classes 7 e 8).

Notas Explicativas

Balanco Orçamentário

Receita Orçamentária – Execução

O INPI apresentou insuficiência de arrecadação, conforme quadro consolidado, no valor de R\$ 10,8 milhões, em relação à previsão inicial da receita.

A previsão inicial de receita orçamentária foi de R\$ 767,2 milhões e a arrecadação, ao final do exercício de 2023, foi de R\$ 756,4 milhões.

Os quadros a seguir demonstram o resultado da arrecadação consolidado e o resultado da arrecadação segregado por receitas correntes e de capital.

INSUFICIENCIA DE ARRECAÇÃO EM 2023 - CONSOLIDADO (R\$)	
RECEITAS CORRENTES - INSUFICIÊNCIA	-10.790.560,66
RECEITA DE CAPITAL - INSUFICIÊNCIA	-15.613,29
RESULTADO CONSOLIDADO (INSUFICIENCIA)	10.806.173,95

Fonte: Siafi

INSUFICIÊNCIA DE ARRECAÇÃO EM 2023 - RECEITAS CORRENTES (EM R\$)					
RECEITAS CORRENTES	(1) Previsão Inicial	(2) Arrecadada	(3)=(2)-(1)	(4)=[(2)-(1)]/(1)	AV(2)%
RECEITA PATRIMONIAL	229.327.373,00	233.837.229,03	4.509.856,03	1,97%	30,91%
RECEITA DE SERVIÇOS	537.766.317,00	514.549.352,32	-23.216.964,68	-4,32%	68,02%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	172.811,00	8.089.358,99	7.916.547,99	4.581,04%	1,07%
TOTAL	767.266.501,00	756.475.940,34	-10.790.560,66	8,47%	100,00%

Fonte: Siafi

INSUFICIENCIA DE ARRECAÇÃO EM 2023 - RECEITAS DE CAPITAL (EM R\$)					
RECEITAS DE CAPITAL	(1) Previsão Inicial	(2) Arrecadada	(3)=(2)-(1)	(4)=[(2)-(1)]/(1)	AV(2)%
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	75.337,00	59.723,71	-15.613,29	-20,72%	100,00%
TOTAL	75.337,00	59.723,71	-15.613,29	-20,72%	100,00%

Fonte: Siafi

Quanto à excesso de arrecadação das receitas correntes:

- A receita patrimonial apresentou um excesso de arrecadação da ordem de 1,97% em relação à previsão inicial de receita, provocado por uma maior remuneração de depósitos bancários oriundos de aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional. A maior remuneração decorre de um maior tempo de aplicação de recursos na referida conta.

Representa 30,91% do total das receitas correntes arrecadadas;

Notas Explicativas

- A receita de serviços, que se refere à remuneração auferida pelo INPI em suas atividades finalísticas, majoritariamente marcas e patentes, apresentou uma insuficiência de arrecadação(queda) da ordem de 4,32% em relação à previsão inicial de receita, representando 68,02% do total das receitas correntes arrecadadas;
- A receita Outras Receitas Correntes, apesar de representar apenas ,1.07% do total das receitas correntes arrecadadas, apresentou um excesso de arrecadação de 4.581,04% em relação à previsão inicial da receita, conforme quadro a seguir.

EXCESSO DE ARRECAÇÃO EM 2023 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES (EM R\$)					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	(1) Previsão Inicial	(2) Arrecadada	(3)=(2)-(1)	(4)=[(2)-(1)]/(1)	AV(2)%
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	170.752,00	119.929,15	-50.822,85	-29,76%	1,48%
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	0,00	7.663.705,05	7.663.705,05	0,00%	94,74%
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.059,00	305.724,79	303.665,79	14.748,22%	3,78%
TOTAL	172.811,00	8.089.358,99	7.916.547,99	4.581,04%	100,00%

Fonte: Siafi

O excesso de arrecadação de 4.581,04% em “Outras Receitas Correntes” teve como principal fator o item “Indenização, Restituições e Ressarcimentos”, sem previsão inicial de receita e obtendo uma arrecadação de R\$ 7.663.705,05 que correspondendo a 94,74% do total arrecadado dessa origem. Os principais responsáveis por essa arrecadação foram os códigos de recolhimento abaixo:

- 28.881-0 – Recuperação de Despesas Primárias Fonte Própria: arrecadação de R\$ 7.492.453,08, sendo R\$ 7.419.654,52, referentes a ressarcimentos ao erário de valores percebidos indevidamente por servidores ativos e inativos do INPI, cujo recebimento se baseou no índice de 45% outorgado aos militares na década de 90, conforme nota explicativa “Demais Créditos e Valores – Longo Prazo” ; deste montante R\$ 6.112.860,49, 82% são referentes a descontos em folha de INATIVOS E ATIVOS e R\$ 1.306.794,13, 18,00%, a 7 pagamentos com quitação integral. Os restantes R\$ 72.798,52 referem-se a devoluções de servidores ativos e inativos, que ocorrem no processamento mensal da folha de pagamento de pessoal do INPI e devoluções de despesas que ocorreram em exercícios anteriores; o código representa 98,00% do total arrecadado de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.
- 28.955-8 – Outros Ressarcimentos: arrecadação de R\$ 86.176,38 , sendo que R\$ 65.756,85 referente ao ressarcimento de servidores – cota pré-escolar, que corresponde a 76% do valor recolhido e R\$ 20.421,53, correspondente a 24%, referente a ressarcimento de servidores por motivos diversos; o código representa 1,12% do total arrecadado de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos;
- 28.809-8 – Reversão de Garantias da União – referente a arrecadação de 3 valores oriundos de três reversões de garantia de contratos realizados junto ao INPI; sendo; R\$ 70.371,73 de reversão de apólice emitida pela Pottencial Seguradora e R\$ 8.699,79 de reversão de duas apólices emitidas pela Porto Seguro Seguradora;
- 20.827 -2 – Outras Restituições - referente à arrecadação de um único valor de R\$ 3.011,30; refere-se a primeira parcelam de um total de 60, referente a parcelamentos de crédito não inscrito em dívida ativa não tributária;

Notas Explicativas

- 28.872-1 – Outras Indenizações- referente à pequenos valores que totalizam uma arrecadação de R\$ 258,72; compreende valores que não tenham natureza de receita específica;
- 29900-6 – Outras Restituições – referente a um único valor de R\$ 1.342,05; compreende valores que não tem natureza específica.
- 28.849- 7 – Indenização por Danos ao Patrimônio Público – referente a um único valor de R\$400,00.

Os códigos 28.955-8; 28.809-8; 20.827-2; 28.872-1; 29.900-6; e 28.849,-7 representam apenas 2,00% do total da arrecadação de Indenizações, Restituições e Ressarcimentos.

Na categoria econômica Receitas de Capital ocorreu uma insuficiência de arrecadação de 20,72% em relação à previsão inicial de receita; A arrecadação de R\$ 59.723,71 ocorreu no código 48.811 -9 Amortização de Bens.

Despesa Orçamentária – Execução

Na análise do comportamento da despesa orçamentária do INPI no exercício de 2023, verificou-se a ocorrência de uma economia orçamentária no montante de R\$ 5.017.364, o que representa em termos percentuais, 1,25% da dotação atualizada para o exercício (desconsiderando a Reserva de Contingência por não ter sido utilizada).

Percebe-se na tabela a seguir, que a economia orçamentária é resultante da diferença entre a Dotação Atualizada e a Despesa Empenhada. No exercício de 2023, foram executados (empenhados) pelo INPI o equivalente a 98,75% do orçamento atualizado, restando um saldo que corresponde a economia orçamentária obtida.

**Tabela – Execução da Despesa Orçamentária
(Despesa Empenhada por Categoria Econômica da Despesa) R\$**

CATEGORIA ECONÔMICA DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EXECUTADO	ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA
3-DESPESAS CORRENTES	391.093.211,00	387.611.625,80	99,11%	3.481.585,20
4-DESPESAS DE CAPITAL	11.714.953,00	10.179.173,92	86,89%	1.535.779,08
9-RESERVA DE CONTINGÊNCIA	504.838.005,00	-	-	504.838.005,00
TOTAL	907.646.169,00	397.790.799,72	-	509.855.369,28
TOTAL SEM A RESERVA DE CONTINGÊNCIA	402.808.164,00	397.790.799,72	98,75%	5.017.364,28

Fonte: Tesouro Gerencial

Da tabela acima, pode-se observar que em relação à dotação atualizada para a categoria econômica da despesa “Despesas Correntes” foi empenhado o montante de R\$ 387.611.625,80, o que corresponde um percentual de execução de 99% durante o exercício de 2023. Assim, categoria econômica da despesa “Despesas Correntes” foi a que mais contribuiu para a execução orçamentária de 98,75% no exercício.

Notas Explicativas

Destaca-se na categoria “Despesas Correntes”, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” com um total empenhado de R\$ 322.239.863, o equivalente à 99,40% de execução da dotação atualizada no exercício de 2023. A tabela a seguir apresenta a composição do grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” em relação ao valor empenhado no exercício por elemento de despesa.

Tabela – Pessoal e Encargos Sociais (empenhado no exercício) por elemento de despesa

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	ANÁLISE VERTICAL -AV (%)
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	178.466.934,36	55,38%
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	88.664.734,20	27,52%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	34.421.605,83	10,68%
DEMAIS	20.686.589,21	6,42%
TOTAL	322.239.863,60	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Em relação à análise vertical apresentada na tabela acima, verifica-se que o elemento de despesa “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil” foi o mais significativo do grupo “Pessoal e Encargos sociais” com 55,38% do total empenhado no ano de 2023, seguido pelos elementos de despesa “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas” e “Obrigações Patronais” com 27,52% e 10,52%, respectivamente.

Na análise da execução da categoria econômica “Despesas Correntes”, ainda cabe salientar que no grupo de despesa - Outras Despesas Correntes - foi empenhado 97,72% em relação à dotação atualizada nesse grupo durante o exercício de 2023. Em relação ao seu montante empenhado de R\$ 65.371.762, o elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – OP.INT.ORC” correspondeu ao maior valor empenhado do grupo, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela – Outras Despesas Correntes (empenhado no exercício) por elemento de despesa

OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	AV %
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	19.277.590,52	29,49%
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	14.348.655,34	21,95%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	13.112.375,21	20,06%
DEMAIS	18.633.141,13	28,50%
TOTAL	65.371.762,20	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Os elementos de despesa “Locação de Mão de Obra” e “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ” corresponderam a 21,95% e 20,06%, respectivamente do total das despesas empenhadas no grupo “Outras Despesas Correntes”. O volume empenhado se justifica pelo fato de

Notas Explicativas

que nesses elementos estão incluídas as despesas com serviços de suporte necessárias à manutenção das atividades do órgão.

No elemento de despesa “Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – OP.INT.ORC”, o maior volume de gastos foi concentrado nas naturezas de despesas “Locação de Imóveis” e “Condomínios” com 77,36% do total empenhado de R\$ 19,277 milhões nesse elemento. Com relação ao elemento “Locação de Mão de Obra”, o serviço de apoio administrativo, técnico e operacional nas unidades da autarquia representa 91,51% do total empenhado nesse elemento, com um montante de R\$ 13,131 milhões.

Salienta-se que, dos valores empenhados no elemento “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ”, 78,99% foram investidos em “Locação de Softwares” e “Suporte de Infraestrutura de TIC”, destinados ao desenvolvimento tecnológico do Instituto.

Na categoria econômica “Despesas de Capital”, o grupo “Investimentos” apresentou o percentual de 100% do total da despesa empenhada no exercício para essa categoria. Do total da dotação atualizada nessa categoria, o grupo “Investimentos”, 86,89% foram empenhados no exercício de 2023.

A tabela a seguir, demonstra os valores empenhados no grupo “Investimentos” por elementos de despesa no exercício de 2023, com destaque para o elemento “Equipamentos e Material Permanente”, que correspondeu a 90,92% do total dos valores empenhados em investimentos.

Tabela – Investimentos (empenhado no exercício) por elemento de despesa

INVESTIMENTOS		R\$
ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS	AV %
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	9.254.472,00	90,92%
SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	915.112,38	8,99%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.589,54	0,09%
TOTAL	10.179.173,92	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

O elemento “Equipamentos e Material Permanente” é composto majoritariamente pela natureza de despesa “Equipamentos de TIC – Computadores” (100%), o que reforça à modernização tecnológica por meio da aquisição de computadores como uma das prioridades do Instituto.

Execução de Restos a Pagar – (RP)

Na análise da composição dos Restos a Pagar constantes no INPI, pode-se observar que no final do exercício de 2023, restou um saldo de RP inscrito em exercícios anteriores de (R\$ 552,5 mil). A execução de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2023 apresentou um índice de execução consolidado em torno de 98,19%, conforme tabela a seguir.

TABELA – EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR

R\$

Notas Explicativas

NATUREZA DO RP	INSCRITOS *	PAGOS	CANCELADOS	SALDO	ÍNDICE DE REALIZAÇÃO
RP NÃO PROCESSADOS	10.253.292,11	9.217.547,45	485.763,60	549.981,06	94,64%
RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	20.251.146,19	20.248.542,04		2.604,15	99,99%
TOTAL	30.504.438,30	29.466.089,49	485.763,60	552.585,21	98,19%

Fonte: Balanço Orçamentário

*Somatório das colunas "Inscritos em Exercícios Anteriores" e "Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior", Anexos 1 e 2 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar, do Balanço Orçamentário.

No exercício de 2023 igualmente ao exercício anterior, foi realizada uma grande mobilização junto aos gestores/fiscais de contrato para avaliação da pertinência da manutenção dos saldos inscritos em RP, o que contribuiu na execução dos saldos de RP nesse exercício. Destaca-se a natureza do RP "RP Processados e Não Processados Liquidados" com o índice de execução em quase 100% do total de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2023.

Todavia, ocorreu um acréscimo de 60,87% nos RP inscritos no final de 2023 para execução em 2024, em relação aos que foram inscritos no exercício de 2022. O grupo de despesa "Investimentos" apresentou o crescimento mais relevante (176,06%) no ano exercício de 2023 decorrente majoritariamente de contratos assinados em dezembro/2023, o que gerou reflexos substanciais no total dos RP inscritos, conforme demonstrado na tabela abaixo.

TABELA - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO POR GRUPO DE DESPESA R\$

GRUPO DE DESPESA	2023	2022	AH%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	31.438.128,43	19.501.123,89	61,21%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.378.493,62	7.119.698,53	3,63%
INVESTIMENTOS	9.607.263,00	3.480.141,00	176,06%
TOTAL	48.423.885,05	30.100.963,42	60,87%

Fonte: Tesouro Gerencial

Na tabela abaixo estão demonstrados os Restos a Pagar Processados (RPP) inscritos ao final do exercício de 2023, por grupo de despesa, sendo a despesa orçamentária com "Pessoal e Encargos Sociais", a mais representativa, com 97,22%.

TABELA - INSCRIÇÃO EM RP (PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA) R\$

GRUPO DE DESPESA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		INSCRITO EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	AV%
	LIQUIDADADA	PAGA		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	322.147.763,60	290.801.735,17	31.346.028,43	97,22%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.888.949,56	57.993.268,58	895.680,98	2,78%
INVESTIMENTOS	571.910,92	571.910,92	0,00	0,00%
TOTAL	381.608.624,08	349.366.914,67	32.241.709,41	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial

Como pode ser observado, do total da despesa liquidada no grupo "Pessoal e Encargos Sociais" (R\$ 322 milhões) no exercício de 2023, apenas o percentual de 9,73% foram inscritos em

Notas Explicativas

RPP. Em relação ao grupo “Outras Despesas Correntes”, praticamente todo o montante de despesa liquidada foi paga, restando o valor de R\$ 895 mil em RPP ao final do exercício de 2023.

TABELA - INSCRIÇÃO EM RP (NÃO PROCESSADOS POR GRUPO DE DESPESA)

R\$

GRUPO DE DESPESA	DESPESA ORÇAMENTÁRIA		INSCRITO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AV%
	EMPENHADA	LIQUIDADADA		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	322.239.863,60	322.147.763,60	92.100,00	0,57%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65.371.762,20	58.888.949,56	6.482.812,64	40,06%
INVESTIMENTOS	10.179.173,92	571.910,92	9.607.263,00	59,37%
TOTAL	397.790.799,72	381.608.624,08	16.182.175,64	100%

Fonte: Siafi

Em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) conforme demonstrado na tabela acima, o grupo “Investimentos” apresentou o correspondente a 59,37% do saldo da despesa inscrita em RPNP no exercício de 2023, sendo o maior empenho inscrito referente à contratação de aquisição de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação – computadores. Esse maior empenho inscrito correspondeu à 96,33% do total do grupo inscrito em RPNP. Destaca-se também o valor inscrito em RPNP no grupo “Investimentos” que correspondeu a 94,38% do total da despesa empenhada em 2023 nesse grupo.

Balanco Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO

DETALHAMENTO	DEZ/2023	DEZ/2022	AH%
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	756.535.664,05	664.457.651,01	13,86%
(+) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	633.541.154,38	592.047.984,66	7,01%
(+)RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	52.434.703,10	33.288.125,42	57,52%
(-) DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	397.790.799,72	366.289.656,38	8,60%
(-)TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	519.263.813,79	486.372.267,80	6,76%
(-)PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	33.549.929,58	28.206.050,01	18,95%
(=)RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	491.906.978,44	408.925.786,90	20,29%

Fonte: Siafi

Considerando que o resultado financeiro é obtido mediante o confronto entre os ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários), que ocorreram no exercício e alteraram as disponibilidades do INPI, pode-se observar no quadro acima que o resultado financeiro obtido pelo INPI aumentou em 20,29%, em relação ao exercício de 2022, devido principalmente ao aumento da arrecadação com receitas de serviços.

Notas Explicativas

A variação de 57,52% no item Recebimento Extraorçamentários tem como origem o aumento da inscrição de restos a pagar processados e não processados.

O resultado financeiro também é obtido através da geração líquida de caixa na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), ou da diferença, no Balanço Financeiro, entre o “Saldo para o Exercício Seguinte” e o “Saldo do Exercício Anterior”.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) possibilita avaliar como uma entidade obteve recursos para financiar suas atividades e a forma como estes foram aplicados. A DFC apresenta os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa por atividades do INPI nos exercícios de 2022 e 2023.

Tabela – Geração Líquida de Caixa

			R\$
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES	2023	2022	AH%
OPERACIONAIS	495.840.065,11	409.251.146,91	21,16%
INVESTIMENTOS	-3.933.086,67	-325.360,01	1108,84%
FINANCIAMENTOS	0,00	0,00	0,00%
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	491.906.978,44	408.925.786,90	20,29%

Fonte: SIAFI

Pode-se verificar que a geração líquida de caixa sofreu um acréscimo de 20,29% no exercício de 2023 em relação ao de 2022, em virtude do incremento de recursos gerados pelas atividades operacionais, com destaque para o ingresso proveniente de Transferências Financeiras Recebidas, que saltou de R\$ 595 milhões em 2022 para R\$ 637 milhões no exercício de 2023.

O item “Transferências Financeiras Recebidas” apresentou apenas um aumento de 7,01% no período, mas registrou a maior participação no total de ingressos provenientes das atividades operacionais com 45,73%, seguidos pelos itens “Receita de Serviços” e “Remuneração das Disponibilidades”, com 36,91% e 16,77%, respectivamente.

Em relação aos fluxos de caixa das atividades de investimento, o volume de desembolsos superou o de ingressos no exercício de 2023 resultando em uma geração líquida de caixa negativa de R\$ 3,933 milhões, o que corresponde uma variação de 1108% em relação ao exercício de 2022. Essa variação ocorreu em função da aquisição de ativo não circulante (equipamento de tecnologia da informação e comunicação) no valor total de R\$ 2,013 milhões.